



GOVERNO BOLSONARO

IDEOLOGIA, POLÍTICA E LUTA DE CLASSES

MICHEL GOULART DA SILVA



2022

GOVERNO BOLSONARO
Ideologia, Política e Luta de Classes

GOVERNO BOLSONARO

Ideologia, Política e Luta de Classes

MICHEL GOULART DA SILVA



BOA VISTA/RR
2022

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão

Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa

Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Elói Martins Senhoras
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Si2 SILVA, Michel Goulart da.

Governo Bolsonaro: Ideologia, Política e Luta de Classes. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 207 p.

Série: Ciências Sociais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-996307-9-8

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6381337>

I - Bolsonaro. 2 - Brasil. 3 - Marxismo. 4 - Política.

I - Título. II - Silva, Michel Goulart. III - Ciências Sociais. IV - Série

CDD – 300

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade do autor.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)



A publicação deste livro contou com o apoio de Antônio Ferreira, Dalton Luiz de Menezes Reis, Jerciano Pinheiro Feijó, Mateus Gamba Torres, Rodrigo Lima, Camila Philippi, Eduardo de Oliveira Ferreira, Ivo Marcos Theis e Felipe Silva.

Agradeço à Esquerda Marxista, em especial aos editores das publicações que originalmente publicaram os textos. Esta obra, como tudo que eu faço, é dedicada à Mariana Rosa, minha companheira de vida e de luta.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------	----

PARTE 1 – BONAPARTISMO

CAPÍTULO 1 O Bonapartismo Capenga de Bolsonaro	19
---	----

CAPÍTULO 2 Impeachment ou Fora Bolsonaro?	25
--	----

CAPÍTULO 3 As Comemorações do Golpe de 1964 e os Resquícios da Ditadura Militar	31
--	----

CAPÍTULO 4 Bolsonaro, o Avanço da Lei Antiterrorismo e as Lutas dos Trabalhadores	37
--	----

CAPÍTULO 5 Bolsonaro e os Atos do Dia 7 de Setembro	43
--	----

PARTE 2 – PANDEMIA

CAPÍTULO 6 Bolsonaro, a Pandemia e os Ataques à Ciência	53
--	----

SUMÁRIO

CAPÍTULO 7 Bolsonaro e as Mentiras sobre o Coronavírus	59
---	----

CAPÍTULO 8 O Capitalismo, o Estado e a Vacina	65
--	----

CAPÍTULO 9 Bolsonaro, o Negacionismo e a Vacina	73
--	----

CAPÍTULO 10 Um Ano de Pandemia: O Capitalismo e a Necessidade da Revolução	79
---	----

PARTE 3 – DITADURA

CAPÍTULO 11 O Fantasma da Ditadura e o Governo Bolsonaro	89
---	----

CAPÍTULO 12 Bolsonaro, a Ditadura e o Anticomunismo	95
--	----

CAPÍTULO 13 Bolsonaro e a Criminalização do Comunismo	101
--	-----

SUMÁRIO

CAPÍTULO 14 A “Revogação” da Lei de Segurança Nacional e a Repressão aos Trabalhadores	107
---	-----

CAPÍTULO 15 Braga Netto e a Negação da Ditadura	113
--	-----

PARTE 4 – UNIVERSIDADES

CAPÍTULO 16 Lutas e Desafios da Universidade Pública no Brasil	123
---	-----

CAPÍTULO 17 Os Intelectuais e a Luta Contra os Ataques do Governo	137
--	-----

CAPÍTULO 18 Ameaça ao Futuro do Ensino Superior	141
--	-----

CAPÍTULO 19 A Autonomia Imaginária das Universidades	147
---	-----

CAPÍTULO 20 O Público e o Privado nas Universidades	151
--	-----

SUMÁRIO

PARTE 5 – ESQUERDA

CAPÍTULO 21 Como Perdemos a Luta pela Previdência	161
CAPÍTULO 22 A Greve da Polícia e a Falência do Estado	167
CAPÍTULO 23 Os Limites do Impeachment e as Lutas dos Trabalhadores	175
CAPÍTULO 24 Os Trabalhadores Avançam, as Direções Recuam	181
CAPÍTULO 25 A Esquerda e a Crise de Direção dos Trabalhadores	187
REFERÊNCIAS	193
SOBRE O AUTOR	199

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este livro reúne 25 textos que discutem diferentes elementos relacionados ao governo Bolsonaro, publicados entre os anos de 2019 e 2021. Os capítulos ora apresentados são textos que foram originalmente publicados no jornal *Foice & Martelo* e no site da Esquerda Marxista, os quais tiveram como objetivo discutir diferentes prismas problemáticos sobre o governo Bolsonaro à luz de uma leitura do paradigma crítico marxista, razão pela qual se tornou oportuno organizá-los nesta obra por meio de cinco eixos ou blocos de discussão.

O primeiro bloco trata dos elementos bonapartistas do governo Bolsonaro e como esse processo se mostrou frágil e incompleto, ainda que sigam se desenvolvendo elementos repressivos por parte do Estado. O segundo bloco traz textos que discutem a pandemia da Covid-19, destacando o cenário de crise econômica em que ela ocorre e como os interesses da burguesia prevaleceram nesse debate. O terceiro bloco discute a relação ideológica e política do governo Bolsonaro com a ditadura, discutindo seus resquícios ideológicos e políticos. O quarto bloco discute os ataques do governo Bolsonaro às universidades. E o último bloco discute a postura da esquerda diante do governo Bolsonaro, e como se expressa profundamente a crise de direção dos trabalhadores.

Os textos foram aqui publicados em suas versões originais, embora tenham sido feitas correções de ortografia e de precisão de algumas informações, em alguns casos indicadas em notas de rodapé preparadas para o livro. Por essa razão, em algumas situações, temas ou argumentos aparecem repetidos, ainda que sem prejuízo para o conjunto do livro. Deve-se destacar que os textos foram escritos com fins jornalísticos para o debate conjuntural imediato, sendo indicada

a data de sua publicação original, e não têm uma estrutura que segue rigorosamente as regras e convenções acadêmicas. Por fim, cabe ressaltar que os textos aqui apresentados foram elaborados no mesmo contexto que aqueles presentes no livro *Brasil no tempo presente*¹.

Ótima leitura!

Michel Goulart da Silva

¹ SILVA, Michel Goulart da. **Brasil no tempo presente**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

PARTE 1

Bonapartismo

CAPÍTULO 1

O Fantasma do Golpe na Atualidade

O BONAPARTISMO CAPENGA DE BOLSONARO

No dia 28 de maio, a grande imprensa noticiava um pacto entre os três poderes. Segundo o jornal *El País*, seria “uma espécie de armistício. O principal articulador por esse acordo foi o presidente do STF, o ministro Dias Toffoli, que desde o fim do ano passado vem discursando e escrevendo artigos sobre a necessidade de se unificar as instituições” (*El País*, 28/05/2019). Dessa reunião participaram, além de Toffoli, o presidente Jair Bolsonaro, Davi Alcolumbre (presidente do Senado) e Rodrigo Maia (presidente da Câmara). O pacto ocorreu em meio ao profundo desgaste que vem rapidamente sofrendo o governo, apenas dois dias depois do fracasso dos atos em seu apoio.

Essa parece ser uma tentativa por parte da burguesia de dar um rumo para o governo Bolsonaro, diante da mudança na situação política ocorrida a partir das mobilizações de massas contra os cortes de verbas na Educação. Na campanha eleitoral, o perfil antissistema de Bolsonaro foi útil inclusive para angariar votos de setores descontentes com o desemprego, a violência e a situação de crise institucional. Mas, agora no governo, a burguesia entende que o centro das ações deve estar na construção de uma estabilidade política e social, e não no incentivo ao tensionamento.

Bolsonaro varia seu comportamento entre parecer permanentemente em campanha e priorizar sua pauta ideológica, gerando incômodos e tensões entre os três poderes. Rodrigo Maia criticou abertamente o governo quando Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional a medida provisória que intervinha na forma de arrecadação dos sindicatos. Segundo Maia, diante das dificuldades de costura do apoio para a aprovação da Reforma da Previdência, fazer tramitar uma pauta polêmica, que não unificava nem mesmo os

parlamentares da base governista, não ajudaria na aprovação do ataque às aposentadorias.

Por outro lado, o governo, procurando dar concretude à ideologia olavista, vai apresentando medidas abertamente ilegais que, depois de duramente criticadas por quase todo mundo, são revogadas. Uma delas foi pedir às escolas que gravassem a execução do hino nacional cantado pelos alunos, também indicando a difusão do *slogan* de campanha da eleição de Bolsonaro. Além disso, uma das prioridades parlamentares de Bolsonaro passa pela aprovação do inconstitucional Escola Sem Partido, o qual, além de não unificar nem mesmo alguns setores da burguesia, é combatido há algum tempo por um movimento nacionalmente articulado dos trabalhadores e da juventude.

Por outro lado, Bolsonaro, seus filhos, Olavo de Carvalho, e outros representantes desse campo ideológico do governo, vivem desqualificando os professores, difundindo notícias falsas sobre universidades, falando de supostas ameaças que lembram os tempos da Guerra Fria, enfim, alimentando as correntes de notícias falsas e de combate à esquerda. Parecem querer manter um clima de tensionamento, como se disso dependesse sua existência política. Bolsonaro usa as redes sociais para fazer essa mobilização permanente de seus seguidores, difundindo mentiras que acabam sendo amplamente compartilhadas.

Bolsonaro, portanto, parece desconectado da tarefa que a burguesia espera dele, ou seja, a aprovação da Reforma da Previdência e ampliação da participação privada em serviços atualmente públicos. O comportamento de Bolsonaro parece ser de alguém que quer se distanciar das instituições e até mesmo da burguesia, promovendo um programa mais ideologicamente afinado com suas convicções pessoais. Contudo, contraditoriamente, Bolsonaro é um parasita do sistema, sem capacidade de agir para além da ordem vigente, buscando se apresentar como um tipo de

bonapartismo, enquanto faz todo tipo de pactos e acordos para manter suas benesses.

O acordo entre os poderes, mediado pelo presidente do STF, parece ser uma tentativa de alinhar as expectativas da burguesia e de Bolsonaro. Enquanto o Congresso Nacional garante a aprovação da Reforma da Previdência, Bolsonaro barganha suas próprias pautas com os parlamentares, e o STF dá a cobertura legal para os ataques a serem promovidos contra os trabalhadores.

Um dos problemas dessa equação está na base social de Bolsonaro, formada por setores da pequena burguesia decadente, que acredita na veracidade do embate antissistema propagado por Bolsonaro e pelo seu núcleo ideológico. Essa base social precisa ser mobilizada permanentemente, por meio da difusão de mentiras nas redes sociais, que reiteram a ameaça do petismo e do “marxismo cultural”. Diante do acordo de Bolsonaro com o Legislativo e o Judiciário, essa base ideológica pode se sentir abandonada ou mesmo traída, saindo do seu controle e passando a agir de forma autônoma e, até mesmo, violenta.

(Foice e Martelo, n. 137, 19 de junho de 2019)

CAPÍTULO 2

Impeachment ou Fora Bolsonaro?

IMPEACHMENT OU FORA BOLSONARO?

Nas últimas semanas, ganhou força o debate em diferentes meios, inclusive no jurídico e na imprensa, sobre um possível impeachment de Jair Bolsonaro. Bolsonaro vem sendo útil para a burguesia na aplicação do programa de ataques aos trabalhadores e de destruição do serviço público. Contudo, sua tentativa caricata de bonapartismo é um fator que parece gerar receios na burguesia, visto que solta frases de conteúdo bastante questionável e faz ataques abertos a instituições como o STF ou mesmo o Congresso Nacional. Bolsonaro mantém um permanente clima belicista em relação aos genericamente chamados “vermelhos”, deixando em foco a polarização política que mobiliza sua base social. Esses são elementos que, a depender da dinâmica dos ataques e das lutas sociais, podem ser um fator de aprofundamento na instabilidade política e social que se vive, o que leva uma parcela da burguesia a aventar a possibilidade de um impeachment em um futuro não muito distante.

O Fora Bolsonaro, defendido pela Esquerda Marxista desde o começo do governo, coloca uma perspectiva diferente do impeachment proposto por setores da burguesia. Para a burguesia, há a necessidade de recompor a estabilidade das instituições, aplicando o programa de austeridade sem que os poderes fiquem se digladiando. No caso do Fora Bolsonaro, pretende-se estabelecer um diálogo paciente com os trabalhadores, contribuindo para transformar a insatisfação vivenciada pelas massas em uma perspectiva política de derrubada do governo e de transformação social.

No âmbito da esquerda, o Fora Bolsonaro é combatido por todos os setores. No que se refere aos reformistas do PT e do campo majoritário do PSOL, nossa palavra de ordem é combatida porque se

choca com a manutenção da instável ordem institucional, e com a estratégia dessa esquerda de preparar a intervenção nas próximas eleições. Quanto às organizações que se dizem revolucionárias, como o PSTU e uma série de grupos minoritários do PSOL, estas mostraram um sério desvio economicista ao combater o Fora Bolsonaro, fazendo a denúncia e o combate ao programa implementado pelo governo, sem entender que é necessária uma saída política para a situação atual.

Contudo, neste momento em que o Fora Bolsonaro se torna um dos principais elementos de unidade das mobilizações de jovens e trabalhadores, paralelamente o debate sobre o impeachment também ganha maior projeção. Com exceção da base ideológica de Bolsonaro e de setores da burguesia diretamente interessados em certas medidas, poucos neste momento se dispõem a defender o governo. O massivo rechaço, não apenas às suas medidas, como à odiosa figura de Bolsonaro, vai procurando formas de se expressar politicamente, o que em um primeiro momento sempre ocorre de forma confusa, ou seja, do xingamento sem decoro ouvido no carnaval até a ilusão em saídas que não rompem efetivamente com a ordem instituída.

Entre as massas há um sentimento bastante progressivo de combater e de derrubar o governo. Diante disso, há pelo menos dois caminhos possíveis, e o recente crescimento do debate sobre o impeachment é expressão disso. Essa é uma forma que busca apresentar uma perspectiva por dentro da institucionalidade, recompondo as instituições em crise e tendo como principal objetivo preservar a democracia burguesa. Os defensores dessa saída enxergam nela a possibilidade de construir um novo governo estável e que não tenha o clima de guerra permanente que instiga Bolsonaro.

Neste momento, é uma necessidade defender o Fora Bolsonaro. Os trabalhadores em suas lutas devem não apenas construir novos instrumentos de organização, como também apontar

para o embrião de uma nova sociedade, superando o capitalismo e seu Estado.

(Foice e Martelo, n. 141, 14 de agosto de 2019)

CAPÍTULO 3

*As Comemorações do Golpe
de 1964 e os Resquícios da Ditadura Militar*

AS COMEMORAÇÕES DO GOLPE DE 1964 E OS RESQUÍCIOS DA DITADURA MILITAR

Há 57 anos, militares e setores da burguesia, apoiados pelo imperialismo, promoveram um golpe e iniciaram uma ditadura. Nos dias de hoje, em meio à pandemia provocada pela Covid-19, na qual o Brasil vem alcançando dia após dia recordes de mortes, o governo Bolsonaro ganhou a autorização do Judiciário para comemorar a “revolução” de 1964 e celebrar os atos de torturadores como Carlos Brilhante Ustra, tão admirado e elogiado pelo presidente. O golpe de 1964 derrubou o trabalhista João Goulart da presidência da República e levou a um regime marcado pela repressão aos trabalhadores, pela institucionalização da tortura e pelo desaparecimento de seus opositores políticos. Esse é o regime de morte que Bolsonaro quer comemorar.

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), sediado no Recife (PE), decidiu no dia 17/03, a favor da Advocacia-Geral da União (AGU), permitir que o governo federal possa fazer celebrações do aniversário do golpe. O caso foi levado à Justiça no ano passado, quando a deputada federal Natália Bonavides (PT-RN) ingressou com uma ação popular contra a União e o Ministério da Defesa, buscando proibir a edição de qualquer publicação ou manifestação que exaltasse a ditadura. O site do Ministério da Defesa havia publicado uma Ordem do Dia, uma espécie de mensagem institucional, alusiva ao dia 31 de março de 1964, enaltecendo a ditadura. Na época, uma decisão judicial determinou a remoção do conteúdo do site, mas agora a liminar foi derrubada pelos desembargadores do TRF5.

Outro tema relacionado à ditadura que voltou à tona, tem relação com a Lei de Segurança Nacional (LSN). Criada no governo Getúlio Vargas, incorporando a prática e o discurso anticomunista da

década de 1930, e tendo depois passado por diferentes mudanças em seu texto, a LSN também foi utilizada para perseguir trabalhadores e militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura. Em sua mais recente versão, promulgada em 1983 pelo ditador João Figueiredo, o texto manteve o combate ao “terrorismo” e aos “crimes contra a segurança nacional”, permitindo a repressão àqueles que ameaçassem de alguma forma a ordem burguesa.

Essa tem sido a base legal de alguns processos recentes. Em Tocantins, o sociólogo Tiago Rodrigues foi investigado pela Polícia Federal por contratar dois outdoors com conteúdo crítico a Bolsonaro. Em uma das placas, instaladas em agosto numa avenida de Palmas (TO), a mensagem dizia que o presidente valia menos que um “pequi roído”, ou seja, algo sem valor ou importância. Embora o caso tenha sido originalmente arquivado por recomendação da Corregedoria Regional da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal no Tocantins, o ministro da Justiça, André Mendonça, reabriu o inquérito em dezembro do ano passado. O ministro alega que o sociólogo praticou crime contra a honra do presidente da República, supostamente colocando em risco a própria segurança nacional.

Além disso, há algumas semanas, Felipe Neto também foi acusado de crime contra a segurança nacional depois de chamar Bolsonaro de “genocida” no Twitter. Um dia após a suspensão do inquérito, o youtuber lançou o movimento Cala Boca Já Morreu, com o objetivo de assessorar quem também sofreu perseguição política. Na primeira semana, o grupo contabilizou mais de 150 pessoas que foram intimadas ou processadas por críticas ao governo.

Contudo, a LSN foi utilizada até mesmo contra apoiadores de Bolsonaro. Há pouco mais de um mês, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) foi enquadrado na LSN, por fazer ameaças à vida e à integridade física de ministros do STF. Em 2020, a prisão de Sara Winter também teve como base a LSN. Ou seja, mesmo que Silveira,

Winter ou qualquer outro militante da direita venham cumprido papel importante no processo de dominação burguesa, não podem ameaçar ou colocar em risco a estabilidade política e social. A punição a esses setores da extrema direita, mesmo que sejam uma mera caricatura do fascismo, lembra o processo contra os militantes do Autora Dourada, na Grécia, quando, depois de terem feito durante anos o serviço sujo da burguesia, foram condenados pela sua prática violenta e pelos discursos de ódio que, durante anos, impulsionaram com a conivência dos capitalistas.

Não se pode descolar nenhum desses processos da dominação burguesa e da manutenção da ordem capitalista, seja a postura de comemorar a morte dos opositores ou a ameaça estatal a críticos do governo. Em 1979, a Lei de Anistia acabou servindo também para proteger os criminosos que durante duas décadas, além de sustentar a ditadura, reprimiram e massacraram os trabalhadores.

Muitos dos componentes repressivos da legislação da ditadura nunca foram retirados, pois fazem parte de qualquer regime burguês, mantendo-se, por exemplo, a repressão às ações que ameacem a “segurança nacional”. A Constituição de 1988, tantas vezes celebrada pela “esquerda”, é expressão da dominação burguesa e da manutenção da ordem, ainda que tenha incorporado parte das reivindicações das lutas dos trabalhadores no período final da ditadura.

No que se refere ao golpe e a ditadura iniciada em 1964, a única coisa a se comemorar é a luta e a resistência dos trabalhadores. Quanto aos militares e às ações repressivas do Estado, devem ser denunciadas, repudiadas e condenadas. Os trabalhadores não devem nutrir qualquer ilusão no regime político construído na Nova República, que não passa de uma ditadura da burguesia com concessão de limitadas liberdades democráticas. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se denuncia os crimes da ditadura ou ações autoritárias dos atuais governos, é preciso lutar pela derrubada de

Bolsonaro, construindo um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais.

(31 de março de 2021)

CAPÍTULO 4

*Bolsonaro, o Avanço da Lei
Antiterrorismo e as Lutas dos Trabalhadores*

BOLSONARO, O AVANÇO DA LEI ANTITERRORISMO E AS LUTAS DOS TRABALHADORES

Começou a funcionar no dia 29/06 a comissão especial referente ao Projeto de Lei (PL) nº 1595/2019, apresentado pelo deputado Vitor Hugo (PSL/GO), que tipifica o crime de terrorismo e cria o Sistema Nacional Contraterrorista. Essa proposição tem como base outro PL, arquivado com o fim da legislatura anterior, apresentado pelo então deputado Jair Bolsonaro, em 2016.² O PL em tramitação busca aprofundar o caráter repressivo da Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), sancionada por Dilma Rousseff. Se aprovado na Comissão Especial, seguirá direto para análise do plenário da Câmara. O texto já foi aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) em agosto de 2019.

O ressurgimento da proposta, no mês de abril, por meio da autorização de Lira para a criação da Comissão Especial, ocorre justamente num momento de aprofundamento da crise do governo federal, com a queda da popularidade do presidente e a organização em todo o país de amplas mobilizações pela derrubada de Bolsonaro. Além disso, o PL em tramitação coloca a possibilidade de ampliar a criminalização de movimentos sociais, pouco depois da revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), cujos mecanismos repressivos foram incorporados como um novo capítulo do Código Penal.

O PL em tramitação estende atos considerados terroristas aos que “aparentam” ter a intenção de “intimidar ou coagir a população civil ou de afetar a definição de políticas públicas por meio de intimidação, coerção, destruição em massa, assassinatos, sequestros

² O PL nº 5.825/2016, apresentado por Jair Bolsonaro, teve parecer favorável, mas foi aprovado apenas da Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Foi arquivado em janeiro de 2019.

ou qualquer outra forma de violência” (PL nº 1.595/2019). O ato terrorista é assim entendido: “que seja perigoso para a vida humana ou potencialmente destrutivo em relação a alguma infraestrutura crítica, serviço público essencial ou recurso-chave” (PL nº 1.595/2019).

Em termos conceituais, há pouca diferença em relação ao atual entendimento de terrorismo, tanto na lei sancionada por Dilma como no texto inserido no Código Penal, que foi apoiado por parlamentares do PT. No Código Penal são conceituados temas como “conspiração” e “insurreição”, servindo de base para o PL em tramitação. No novo capítulo do Código Penal, terrorismo passou a ser assim tipificado:

apoderar-se ou exercer o controle, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população (Lei nº 14.197/2021).

Outro ponto destacado no PL em tramitação é o que autoriza a infiltração de agentes públicos em organizações consideradas terroristas, “se houver indícios de condução de atos preparatórios” (PL nº 1.595/2019). Além disso, o texto prevê “excludente de ilicitude” para oficiais que cometam atos ilegais. Portanto, o agente estaria atuando em “legítima defesa” quando, por exemplo, “dispara arma de fogo para resguardar a vida de vítima, em perigo real ou iminente, causado pela ação de terroristas, ainda que o resultado, por

erro escusável na execução, seja diferente do desejado” (PL nº 1.595/2019).

O PL em tramitação, portanto, procura sancionar as ações dos agentes de repressão, inclusive o assassinato, se for alegada uma ameaça terrorista. Neste caso, abre-se a possibilidade para que os governos apontem para quaisquer de seus críticos como ameaças à lei e à ordem, sendo permitida, portanto, a perseguição política. O Estado passa a ter autorização para ampliar a repressão, se alegar ameaça terrorista. Em certa medida, trata-se de uma versão do conceito de “segurança nacional” utilizada pelos militares para perseguir e assassinar os opositores à ditadura.

O PL em tramitação é mais uma mostra das ações do Estado no sentido de coibir a luta dos trabalhadores. Em conjunto com a Lei Antiterrorismo de Dilma e a roupagem “moderna” da LSN, é mais uma tentativa de conter a crise instalada nas instituições nascidas na Nova República. Os trabalhadores só podem apresentar uma resposta: não apenas barrar o PL em tramitação, como lutar pelo fim da Lei Antiterrorismo e de qualquer outra que ataque as liberdades democráticas, em especial que criminalize suas lutas e limite seu direito de organização. O mais urgente, nesse sentido, passa pela construção da luta para pôr abaixo imediatamente o governo Bolsonaro, por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais.

(12 de julho de 2021)

CAPÍTULO 5

Bolsonaro e os Atos do Dia 7 de Setembro

BOLSONARO E OS ATOS DO DIA 7 DE SETEMBRO

Nesta terça-feira, dia 7 de setembro, ocorreram um conjunto de manifestações convocadas por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, em diversas cidades do país. Embora significativos, claramente usando a estrutura governamental, os atos foram menores do que aqueles que se viu há cinco anos em apoio ao impeachment de Dilma, demonstrando um derretimento da base política que levou Bolsonaro à presidência em 2018. Contudo, os atos mostraram que Bolsonaro ainda mantém uma base de apoio leal à sua política, apesar da visível diminuição.

Essas manifestações tinham alguns objetivos. Um deles seria desviar a atenção da população dos problemas reais, em particular o avanço da miséria em todo o país e a persistência da pandemia diante da desastrosa gestão dos governos, em diferentes esferas, adensando a cortina de fumaça que denunciemos no editorial da última edição do jornal Tempo de Revolução. Os atos convocados pela esquerda, não conseguiram se contrapor àqueles em apoio a Bolsonaro, em virtude do papel traiçoeiro das direções, que são incapazes de mobilizar contra o governo a insatisfação da esmagadora maioria da população.

Estava em jogo também dar coesão política à base social que ainda mantém o apoio a Bolsonaro. Apesar da agitação nas redes sociais, Bolsonaro precisava organizar seus apoiadores em torno de um programa e um objetivo. Os atos permitiram, por um lado, identificar um inimigo comum a ser combatido, o qual, no caso, são os ministros do STF, particularmente Luís Barroso e Alexandre Moraes. “Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair”, falou Bolsonaro no discurso em São Paulo, referindo-se indiretamente a Moraes. Por outro, o programa se mostra de forma mais precisa, ainda que abstrata, centrado na crítica à forma como são realizadas

as eleições, exigindo “voto impresso” e “contagem pública de votos”. O bonapartismo também apareceu em alguns cartazes: “Intervenção militar com Bolsonaro no poder”.

Portanto, de forma geral, Bolsonaro demonstrou que ainda mantém um certo apoio e que possui uma base social disposta a defender seu mandato presidencial. Contudo, isso não é o suficiente para um avanço sobre os demais poderes e muito menos para a consolidação de um governo bonapartista. Trotsky lembrava, em sua discussão sobre o bonapartismo: “um governo que se eleva por cima da nação não está suspenso no ar” (TROTSKY, 1976, p. 84). O elemento central para um governo bonapartista seria a conivência ou o apoio, ainda que tímido, da burguesia. O cenário posterior às mobilizações mostra o contrário. Em editorial, afirmou o jornal *O Estado de São Paulo*:

O presidente Jair Bolsonaro exibiu ontem exatamente o que tem mostrado desde o início do mandato: sua irresponsabilidade e seu isolamento político. Tratadas nas últimas semanas como prioridade nacional pelo Palácio do Planalto, as manifestações bolsonaristas do 7 de setembro serão interpretadas pelo presidente como a prova de que o “povo” o apoia, mas um presidente realmente forte não precisa convocar protestos a seu favor nem intimidar os demais poderes para demonstrar poder; apenas o exerce. Assim, Bolsonaro reiterou sua fraqueza, já atestada por várias pesquisas que indicam o derretimento de sua popularidade (*O Estado de São Paulo*, 08/09/2021).

Em outra passagem do editorial, o jornal afirma:

É patente o descaso do presidente com a realidade do país. Basta ver que, diante da inflação crescente e ao

emprego em baixa, a aposta de Bolsonaro, interessado somente em permanecer no poder e proteger sua prole e a si mesmo da justiça, continua sendo acirrar tensões com os outros poderes e sugerir a possibilidade de uma ruptura institucional. Em seu léxico, não há solução (*O Estado de São Paulo*, 08/09/2021).

Portanto, um dos principais porta-vozes da imprensa da burguesia chama a atenção para os limites de apoio do governo. Enfatiza também o fato de que Bolsonaro não tem interesse em resolver os problemas enfrentados pelo país, preferindo defender sua permanência no poder. Além disso, destaca o papel cumprido por Bolsonaro de manter a instabilidade política. Essa postura também é apontada pelo editorial de outro porta-voz da burguesia, o jornal *Folha de São Paulo*:

O mandatário, como se nota, tornou-se prisioneiro da lógica da agitação pela agitação. Precisa criar um factóide por minuto a fim de manter mobilizado seu círculo de idólatras. Não é justo, no entanto, que carregue nesse vórtice as energias institucionais de uma nação assolada por uma epidemia mortal, pela carestia e pelo desemprego (*Folha de São Paulo*, 07/09/2021).

Enfatiza-se no texto:

Os protestos do Dia da Independência mostraram um Jair Bolsonaro cada vez mais atrelado a seu cordão de fanáticos e isolado da institucionalidade e da maioria da população. O mito, como é chamado por bajuladores, enfurna-se na caverna da inviabilidade

política (*Folha de São Paulo*, 07/09/2021).

Este editorial também clama pela resolução dos problemas que afetam o país, o que, do ponto de vista da burguesia, passa pela ampliação dos incentivos estatais que permitam a manutenção dos lucros dos capitalistas. Esse é o programa que dois dos principais jornais burgueses do Brasil defendem que o governo Bolsonaro deveria priorizar, criticando sua cortina de fumaça.

Portanto, o saldo que se tira dos atos mostra que, apesar da manutenção de uma certa base política, a aventura de Bolsonaro no feriado não encontrou respaldo na burguesia. Com isso, Bolsonaro ganha tempo para se manter no governo, mas coloca em risco o espaço de negociação necessário para encaminhar e aprovar as reformas exigidas pela burguesia e as ações governamentais que possibilitem o escoamento de recursos estatais para o bolso das classes dominantes. Os editores do *Estado de São Paulo* são claros nessa avaliação:

O governo Bolsonaro é muito ruim. Não cumpriu o que prometeu e não trabalha para melhorar as condições de vida da população. Como se viu ontem mais uma vez, sua tática atinge inauditos padrões de irracionalidade, com propostas de tom golpista: ameaçar os outros poderes e contestar por antecipação o resultado das próximas eleições (*O Estado de São Paulo*, 08/09/2021).

Bolsonaro, ainda que tenha ganhado um respiro para seu governo, no melhor dos casos mantém a crise institucional, sem apresentar para a burguesia soluções para a crise econômica, além de tensionar com os demais poderes, em especial o Judiciário. Para os trabalhadores, não resta alternativa que não passe por derrubar o

governo imediatamente e lutar por um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais.

Bolsonaro, Moraes, a imprensa, ou os representantes das entidades patronais, apesar das divergências imediatas, são aliados na exploração dos trabalhadores e na destruição de direitos. As direções da esquerda reformista seguem tentando conduzir a insatisfação da população para as vias institucionais, mesmo que isso signifique defender os ministros do STF e se aliar à direita que conjunturalmente critica Bolsonaro. Os trabalhadores podem contar apenas com suas forças, fortalecendo suas organizações e colocando no horizonte a derrubada do capitalismo e a construção do socialismo.

(8 de setembro de 2021)

PARTE 2

Pandemia

CAPÍTULO 6

Bolsonaro, a Pandemia e os Ataques à Ciência

BOLSONARO, A PANDEMIA E OS ATAQUES À CIÊNCIA

No começo deste ano, Bolsonaro colocou na presidência da CAPES um promotor das ideias criacionistas no meio acadêmico. Contudo, a indicação de um inimigo do conhecimento científico, para ocupar a presidência de uma das principais agências de fomento à pesquisa do país, não foi um caso isolado deste governo. Em meio a defensores da Terra plana, inimigos de vacinas e criadores de bizarras teorias da conspiração, com certeza um criacionista não tem nada de notável.

Na crise provocada pela proliferação da Covid-19, Bolsonaro não decepcionou os mais alucinados de seus seguidores. Entrevista após entrevista buscou minimizar o impacto da pandemia que vem rapidamente se espalhando pelo mundo, comparando-a a uma “gripe qualquer”. Bolsonaro também desrespeitou a orientação de isolamento ao cumprimentar pessoas que participavam de um ato a seu favor, em Brasília.

Contudo, os ataques à racionalidade e à ciência por parte de Bolsonaro não se limitam a isso. Desde o começo de seu governo, foi aberta uma guerra declarada contra o conhecimento científico, materializada em ataques às universidades públicas, como cortes orçamentários e declarações que desqualificam o trabalho de docentes, técnicos administrativos e os estudantes. Esses ataques, certamente, são mais graves do que os frequentes comportamentos bizarros, tanto do atual ocupante da cadeira presidencial, como de seus filhos parlamentares.

Dentre as ações de Bolsonaro nesta sua guerra à ciência, pode-se mencionar a nomeação de reitores não eleitos pelas comunidades em diversas universidades, destacando também os

cortes do orçamento e a política de contingenciamento levados a cabo em 2019. Embora essas ações não sejam novidades, visto que vinham sendo implementadas desde o governo Dilma e aprofundadas com o “teto de gastos” de Temer (por meio da Emenda Constitucional nº 95), elas foram aprimoradas na gestão de Bolsonaro, sendo mais rapidamente sentidas pelos estudantes, não apenas em razão dos cortes de bolsa, mas também pela limitação do atendimento oferecido pelos restaurantes universitários, bem como pelo impacto na assistência estudantil em diversas instituições do país.

Bolsonaro e seus ministros sempre deixaram claro que tais ações não eram motivadas por uma mera decisão técnica. Quando anunciou os cortes, o ministro da educação se referiu às universidades federais como lugares de “balbúrdia”. Os ataques de Bolsonaro e seus seguidores foram insistentes, afirmando que as universidades públicas supostamente gastavam demais e não traziam retorno para a sociedade. Inicialmente, o governo tentou criar um atrito entre a educação básica e o ensino superior, mas os cortes que atingiram a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio foram tão drásticos quanto os cortes nas universidades. Para Bolsonaro, o fato de as universidades brasileiras não apresentarem em rankings internacionais os mesmos resultados de instituições centenárias de países europeus ou dos Estados Unidos, que figuram nas primeiras colocações em razão da tradição de grande financiamento público, seria uma prova do fracasso das instituições brasileiras. Parece que falta a Bolsonaro o conhecimento sobre imperialismo e como isso afeta a organização internacional da produção de conhecimento.

Portanto, a necessidade de contenção da Covid-19 e da pandemia chegou ao Brasil em meio a um processo de destruição do serviço público, que ano após ano vem sofrendo cortes em setores fundamentais, em especial saúde e educação. Para 2020, o Ministério

da Ciência e Tecnologia (MCTIC) teve um orçamento 15% menor do que o previsto inicialmente, totalizando R\$ 13 bilhões disponíveis para 2020, os quais cerca de R\$ 5,1 bilhões (39%) estão alocados como “reserva de contingência”. O MEC teve redução de 16%, se comparado ao ano anterior, totalizando R\$ 103 bilhões para 2020. Na saúde, em 2019, a perda sofrida pelo SUS chegou a R\$ 13,5 bilhões, totalizando no máximo R\$ 10 bilhões em 2020.

O SUS e as instituições públicas de pesquisa têm papel central na superação da pandemia e no combate ao vírus. O sequenciamento do genoma da Covid-19, importante para o entendimento da origem e evolução do vírus, foi feito pelo Instituto Adolfo Lutz em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e com a Universidade de Oxford. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por meio do projeto Rede Vírus, promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), está desenvolvendo um novo teste de diagnóstico para a doença causada pelo vírus. Essas e outras ações vêm sendo desenvolvidas por pesquisadores e bolsistas, mesmo diante dos cortes de orçamento, da falta de estrutura e da desqualificação dessas instituições nos discursos de Bolsonaro e de seus seguidores.

Neste momento, é fundamental um programa de emergência que coloque saúde, trabalho, educação e pesquisa como prioridades, tendo como primeira ação a imediata revogação do “teto de gastos” imposto pela EC 95. O orçamento das universidades e institutos federais precisam de urgente recomposição, tendo como referência emergencial o período anterior à vigência do “teto de gastos”. Os laboratórios das instituições públicas que podem desenvolver pesquisas que atuem diretamente na superação da pandemia, devem receber todo o apoio necessário, de pessoal e de equipamentos, bem como a garantia de segurança e saúde de seus pesquisadores.

Os capitalistas serão incapazes de pôr fim à pandemia provocada pela Covid-19. Como em outros momentos da história, apenas os trabalhadores poderão neste momento evitar a barbárie e construir o socialismo.

(22 de março de 2020)

CAPÍTULO 7

Bolsonaro e as Mentiras sobre o Coronavírus

BOLSONARO E AS MENTIRAS SOBRE O CORONAVÍRUS

No último dia 21, Bolsonaro anunciou em suas redes sociais que decidiu, em reunião com o ministro da Defesa, que o Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército iria ampliar a produção da cloroquina, medicamento que está sendo testado como tratamento para o novo coronavírus. Essa ação de Bolsonaro diverge da posição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que informou não recomendar a utilização da substância em pacientes infectados, nem mesmo como forma de prevenção à Covid-19. Segundo a Anvisa, em nota divulgada na última sexta-feira, não há estudos conclusivos quanto ao uso de medicamentos que contêm as substâncias hidroxicloroquina e cloroquina para o tratamento do novo coronavírus.

A postura de Bolsonaro tem relação direta com suas ações nas últimas semanas, ao mostrar a total incapacidade de seu governo de dar uma resposta efetiva diante da crise provocada pelo coronavírus, chegando a entrar ao vivo em rede nacional para mentir sobre o atual quadro da pandemia. Bolsonaro, em diversos momentos, minimizou a pandemia, afirmando repetidamente que se tratava de uma “gripezinha” e que as preocupações quanto à sua transmissão seriam “exageradas”. Exibindo sua crença nas opiniões de Bolsonaro, um dos principais apoiadores do presidente, o empresário Luciano Hang, manteve suas lojas abertas o máximo que pôde, mesmo diante das ações de órgãos governamentais que visavam reduzir a circulação de pessoas para conter a proliferação do vírus. Outro apoiador do presidente, Junior Durski, dono da rede de restaurantes Madero, em vídeo que circulou amplamente pela internet, mostrou-se indiferente diante das “5 a 7 mil mortes” que podem vir a ser provocadas pelo coronavírus. Isso mostra que, tanto

para Bolsonaro como para seus principais e mais endinheirados apoiadores, as vidas dos trabalhadores não têm importância.

No mesmo governo, mas aparentemente em uma realidade paralela, o Ministério da Saúde parece levar a sério a pandemia, realizando algumas tímidas ações. As iniciativas do Ministério da Saúde, contudo, não vão muito além de indicar o isolamento social e propor algumas medidas para o tratamento das pessoas contaminadas. Considerando sua quase inércia, parece que o ministro está esperando que venha o pior da pandemia, que os leitos hospitalares lotem e que uma vacina caia do céu.

O imobilismo do Ministério da saúde em relação ao combate ao coronavírus tem relação direta com a EC 95. Em dezembro, foram extintos exatos 22.476 cargos do Ministério da Saúde, dos quais 10.661 eram destinados a Agentes de Saúde Pública. As universidades, onde são desenvolvidas as principais pesquisas voltadas para a saúde, sofrem cortes depois de cortes, tendo iniciado este ano com o limite de 60% do orçamento aprovado, em paralelo a todas as calúnias difundidas por Bolsonaro e seus ministros. Curiosamente, na mesma semana em que o coronavírus teve seu principal avanço, a CAPES, presidida por um difusor da teoria criacionista, mudou as regras na distribuição de bolsas de pós-graduação, levando universidades, inclusive os programas de pós-graduação com as avaliações mais elevadas, a perderem dezenas ou mesmo centenas de bolsas, até então ocupadas por pesquisadores que poderiam ser de extrema importância para o combate à Covid-19.

Em um cenário no qual ainda se tem um conhecimento limitado sobre o coronavírus, as pessoas acabam levando a sério informações não comprovadas cientificamente, muitas das quais difundidas por meio de correntes em redes sociais, e algumas reforçadas pelo próprio presidente da República. O caso da cloroquina, utilizada no tratamento da malária, ganhou notoriedade pelo fato de Donald Trump ter exigido que a FDA, a agência que

regulamenta os medicamentos nos EUA, agilizasse a liberação do uso desta substância para enfrentar a epidemia. Contudo, o referido medicamento não foi efetivamente testado para combater o coronavírus, mas usado como parte de um coquetel, com outros medicamentos, no tratamento de pessoas infectadas que estavam em estado grave e não respondiam aos demais tratamentos. Outra substância, que supostamente teria eficácia no tratamento dos sintomas da doença, seria o ibuprofeno, o que não tem sido recomendado pela Anvisa, pois até então os testes realizados não foram conclusivos.

Nada substitui a pesquisa rigorosa e a ciência no combate à ignorância pregada por Trump e Bolsonaro, ou difundida de forma irresponsável nas redes sociais ou mesmo ao vivo na televisão. Mas o acesso da população ao conhecimento científico está cada vez mais limitado, visto que cada vez mais são difundidas notícias falsas nas redes sociais, dificultando ainda mais o combate à proliferação da Covid-19. Isso poderia ser evitado com uma massiva campanha de esclarecimento por parte do governo federal, usando toda a tecnologia a seu dispor. Contudo, o que se tem é o contrário, pois o presidente minimiza os impactos na saúde, empresários usam as redes sociais para lamentar sua perda de lucro e intimidar os trabalhadores, e áreas estratégicas como educação e saúde há anos vêm sofrendo com o sucateamento. Por isso, qualquer medida emergencial passa pela revogação da EC 95, que impõe o “teto de gastos”, visando garantir mais verba para educação e saúde, estrutura de combate à pandemia, aumento salarial e defesa do emprego para os trabalhadores e massiva ampliação de verbas para pesquisa e inovação.

(Foice & Martelo, n. 2, especial, 26 de março de 2020)

CAPÍTULO 8

O Capitalismo, o Estado e a Vacina

O CAPITALISMO, O ESTADO E A VACINA

Desde o começo da pandemia da Covid-19, uma das maiores expectativas tem sido o desenvolvimento de uma vacina que possa conter a proliferação do coronavírus. Nos últimos meses se viu uma corrida de governos e de grandes laboratórios para apresentar o quanto antes uma vacina. Finalmente, nas últimas semanas, governos de diferentes países divulgaram que iniciarão a vacinação de sua população. O Reino Unido aprovou, no dia 2 de dezembro, a vacina desenvolvida pelas farmacêuticas Pfizer e BioNTech, logo iniciando a vacinação. Com a chegada da vacina da Pfizer, a Alemanha começou a preparar centros de vacinação pelo país. Em Berlim, prevê-se a imunização de 450 mil pessoas (cerca de 12% da população da cidade) em meados de dezembro. No dia 2, a Rússia apresentou a vacina Sputnik V na sede das Nações Unidas, anunciando que iniciaria a vacinação de sua população, a começar por professores e médicos.

Na mídia burguesa, a divulgação dessas notícias se mostrou quase como a descoberta do Santo Graal, afinal, há meses a burguesia em todo o mundo anseia pela vacina. Essa expectativa da burguesia não se deve a qualquer espírito humanitário ou a uma vontade sincera de conter a proliferação do vírus. Para a burguesia, o centro da questão sempre passou pela retomada do que considera o funcionamento normal da economia, ou seja, a garantia de que a força de trabalho a ser explorada não apenas esteja saudável, como esteja viva.

Contudo, o que poderia ser uma forma de conter a proliferação da doença e salvar vidas não é algo assim tão simples. Em primeiro lugar, porque a realidade do imperialismo coloca como prioridade a imunização dos grandes centros do capitalismo. Até o final do próximo ano, mais de 80% dos estoques de vacinas da Pfizer

foram previamente adquiridos por países como Reino Unido, EUA, União Europeia, Japão e Canadá. Esses países representam apenas 14% da população global. O mesmo ocorre com a farmacêutica Moderna, da qual 78% de suas doses foram previamente compradas por países ricos, que representam cerca de 12% da população mundial.

Outra questão passa pela própria vacina, afinal, todas as que estão sendo divulgadas foram desenvolvidas em um tempo considerado recorde. Entre as vacinas que devem começar a ser aplicadas em diferentes países, aponta-se que a Pfizer tem eficácia de 95% na prevenção da Covid-19, enquanto a Sputnik V tem um índice de 91,4%. Embora esses índices possam ser considerados elevados, podendo de fato diminuir a proliferação da Covid-19, essas vacinas não foram testadas de forma massiva, em populações com características as mais diversas possíveis. Não se pode ter certeza sobre o efetivo impacto da vacina em cenários populacionais diversos, que podem variar de acordo com as possíveis mutações do vírus, o histórico de saúde das pessoas e, principalmente, as condições econômicas e sociais.

Esse cenário pode ser ainda pior em um Brasil governado por Bolsonaro, pois ele, presidente da República, prioriza sua disputa de espaço político com um governador de Estado, João Doria. O governo de São Paulo, por meio do Butantã, vem trabalhando com o desenvolvimento da CoronaVac, de origem chinesa, que também está em fase avançada de testes. Doria chegou a anunciar o início da vacinação para o próximo 25 de janeiro. Bolsonaro, contudo, semanas atrás, atacou a vacina chinesa, numa mistura de xenofobia e anticomunismo fora de época, chegando a sugerir que a vacina poderia não vir a obter a aprovação da Anvisa. Dos dois lados, o fundo desse embate não é a vacina chinesa e muito menos uma preocupação com a vida da população, mas a disputa entre

Bolsonaro e seu antigo apoiador Doria pela corrida presidencial de 2022.

Logo que começaram a ser divulgadas as notícias sobre a conclusão dos testes das vacinas, o governo Bolsonaro lançou um plano de vacinação que, no melhor dos casos, poderia ser chamado de um esboço inicial. O plano preliminar de imunização apresentado pelo Ministério da Saúde prevê a aplicação da vacina contra o coronavírus em quatro fases e um contingente de 109,5 milhões de brasileiros imunizados em duas doses. A imunização de grupos prioritários será feita de acordo com a disponibilidade de doses, começando a imunização em março, a depender da aprovação de alguma vacina pela Anvisa. O governo deixou claro que não está em seus planos a imunização imediata de toda a população, como pode-se perceber pela fala da coordenadora do Programa Nacional de Imunizações, Francieli Fantinato:

Definimos objetivos para a vacinação, porque não temos uma vacina para vacinar toda a população brasileira. Além disso, os estudos não preveem trabalhar com todas as faixas etárias inicialmente, então não teremos mesmo como vacinar toda a população brasileira (*El País*, 30/11/2020).

Essa fala, que tenta parecer a exposição de uma escolha técnica, mostra claramente que o governo não fez nada até o começo de dezembro em relação ao planejamento de uma efetiva campanha de imunização da população. O governo não tinha um plano e, também, não tinha o dinheiro, levando em conta que este ano o orçamento para a compra e distribuição de vacinas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sofreu uma redução de 7% em relação a 2019. Nesse quadro, que poderia se tornar ainda mais catastrófico, fez-se urgente a aprovação na Câmara e no Senado de uma medida

provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 1,995 bilhão para compra de tecnologia e a produção de uma vacina contra a Covid-19. Os recursos serão destinados para custear contrato entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, e o laboratório AstraZeneca, que desenvolve um imunizante em parceria com a Universidade de Oxford, no Reino Unido.

Contudo, o recurso para a fabricação é apenas uma parte do problema, pois não garante a estrutura necessária para uma campanha de vacinação massiva em todo o Brasil. Embora o país possua uma estrutura de vacinação utilizada na prevenção a outras doenças, não há a garantia de uma imunização rápida e massiva em todas as cidades. Para tanto, seriam necessários mais profissionais de saúde, estrutura para armazenamento das vacinas, locais adequados para realizar a vacinação, evitar aglomerações, e até mesmo mais agulhas e seringas.

Essas necessidades podem trazer grandes dificuldades para se concretizar uma efetiva campanha. No que se refere ao armazenamento das doses, a Pfizer, por exemplo, precisa ser mantida a -75°C , o que representa uma barreira importante, afinal, a grande maioria dos centros de distribuição do Brasil é equipada com câmaras frias que chegam no máximo a -20°C . Nas salas de vacinação, os refrigeradores têm uma temperatura que varia entre 2 e 8°C , o que é suficiente para todas as vacinas disponíveis até o presente momento. Coube à própria Pfizer apresentar possíveis soluções para essa questão técnica, o que fez avançar o entendimento entre o governo e a empresa para a compra de 70 milhões de doses. Além disso, outras vacinas poderiam se adaptar à estrutura atualmente existente.

No que se refere a agulhas e seringas, o governo afirmou, no começo deste mês, que:

[...] iniciou o processo de aquisição de mais de 300 milhões de seringas e agulhas no mercado nacional e 40 milhões no mercado internacional, com o intuito de apoiar os estados e municípios no desenvolvimento inicial das ações de vacinação. Para a aquisição interna, já foi realizada pesquisa de preços e emissão de nota técnica para elaboração do edital de compra, que será lançado em breve (*BBC*, 07/12/2020).

Contudo, em se tratando de uma licitação, caso tudo ocorra dentro do planejado, entre a ordem de compra, a fabricação e a entrega, há um prazo que pode variar entre 60 e 90 dias, o que talvez explique o fato de o governo federal querer colocar o início da vacinação somente em março.

Esse cenário, em que várias opções de vacinas estão disponíveis para serem utilizadas, ao passo que o país não está preparado para uma campanha de vacinação massiva, ou mesmo tenha o orçamento aprovado para proceder imediatamente à imunização da população, é responsabilidade direta do governo Bolsonaro. Enquanto a população adoecia e morria, Bolsonaro, governadores e prefeitos em todo o Brasil priorizaram salvar bancos e empresas e não prepararam a estrutura de saúde para garantir uma rápida imunização da população. Como resultado, corre-se o risco de ter um cenário parecido com o do início da pandemia, em que faltaram materiais básicos como álcool gel e respiradores. O setor privado possui condições de ofertar essa estrutura (e certamente vem se preparando para isso), o que pode levar a um cenário em que ou as pessoas vão optar por pagar pela vacina ou o governo talvez transfira recursos públicos para hospitais e clínicas que estejam preparados para realizar a imunização³.

³ Foi definido pelo Congresso Nacional que o Sistema Único de Saúde (SUS) será priorizado nas aquisições e na distribuição de vacinas contra a Covid-19.

Os capitalistas e seus representantes nos governos nunca estiveram preocupados com os trabalhadores, mas apenas com o seu lucro. Para eles, o número de mortos nunca passou de uma mera estatística incômoda, que sempre buscaram diminuir, fosse escondendo dados, fosse anunciando medidas ineficazes para conter a proliferação da Covid-19. A vida dos trabalhadores sempre foi um brinquedo nas mãos dos capitalistas, com seu abre e fecha de setores econômicos, sem se importar com quem vive ou quem morre. Para efetivamente garantir a vida dos trabalhadores, com uma campanha de vacinação massiva no sistema público de saúde, colocando no centro a vida das pessoas, não é possível outro caminho que não seja a derrubada desse governo e a luta contra o capitalismo.

(15 de dezembro de 2020)

CAPÍTULO 9

Bolsonaro, o Negacionismo e a Vacina

BOLSONARO, O NEGACIONISMO E A VACINA

Em dezembro, diversos países iniciaram o processo de vacinação de suas populações contra a Covid-19, principalmente os mais ricos, cujos governos compraram a maior parte das primeiras doses das vacinas aprovadas. Apesar dessa concentração no centro do capitalismo, na América Latina, países como Argentina, Chile e México iniciaram a vacinação de suas populações. No Brasil, não há certeza sobre quando vai ser iniciada a vacinação ou mesmo se haverá estrutura para imunizar imediatamente a população.

Bolsonaro tem feito abertamente uma campanha contra a vacinação. No dia 17 de dezembro, questionando os efeitos colaterais das vacinas, ele afirmou: “Se você virar um jacaré, é problema seu” (*El País*, 20/12/2020). Pouco antes, Bolsonaro havia sugerido que as pessoas que se vacinassem deveriam assinar um termo de responsabilidade. Nas palavras do presidente: “Tem gente que quer tomar, então tome. A responsabilidade é sua. Quer tomar, toma. Se der algum problema por aí... Espero que não dê” (*UOL*, 16/12/2020).

No dia 28 de dezembro, Bolsonaro declarou que os laboratórios deveriam procurar o governo, e não o contrário, dizendo: “Pessoal diz que eu tenho que ir atrás da vacina. Quem quer vender é que tem” (*UOL*, 28/12/2020). Nesta declaração, Bolsonaro deixou explícito que a vida dos trabalhadores deve estar nas mãos do livre mercado, e continuou:

O Brasil tem 210 milhões de habitantes, um mercado consumidor de qualquer coisa enorme. Os laboratórios não tinham que estar interessados em vender para a gente? Por que eles não apresentam documentação na Anvisa? (*Exame*, 28/12/2020).

Além da difusão de mentiras e da tentativa de colocar a responsabilidade nas pessoas, procurando isentar o governo de quaisquer responsabilidades, Bolsonaro trata o debate sobre a vacina como uma mera questão comercial. Não se preocupa sequer em apresentar um efetivo plano de vacinação e oferece os trabalhadores brasileiros aos laboratórios como um grande “mercado consumidor”.

Essas falas de Bolsonaro ocorreram pouco antes de o registro de mortes diárias ter voltado a superar mil pessoas e diante da iminência de colapso do sistema de saúde público de várias cidades. A burguesia vem considerando a vacina como um item essencial, não por preocupação com a saúde dos trabalhadores, mas pela necessidade de que a economia retome a dinâmica que os capitalistas consideram normal. Essa é a motivação de Paulo Guedes, ministro da Economia, quando afirmou, em 18 de dezembro: “O capítulo mais importante vem agora, que é a vacinação em massa” (*Agência Brasil*, 18/12/2020). Guedes, que no governo é o porta-voz dos banqueiros, explicou os interesses da burguesia:

O retorno seguro ao trabalho exige a vacinação em massa da população brasileira. É uma vacinação voluntária e o que o governo tem que fazer é disponibilizar todas as vacinas para a população de forma voluntária e gratuita. Qualquer brasileiro pode escolher a vacina que quer tomar, não paga pela vacina e escolhe a vacina se quiser tomar. Essa vacinação gratuita de forma voluntária para os brasileiros é o que nós precisamos para que a asa da saúde bata ao mesmo tempo da asa da recuperação econômica (*Agência Brasil*, 18/12/2020).

Para a burguesia, o negacionismo de Bolsonaro soa no mínimo incômodo, pois ele faz com que o Estado cumpra muito lentamente seu papel de sustentáculo dos interesses econômicos capitalistas. Essa postura do presidente, e de parte do governo,

começa a mostrar seus resultados concretos para dificultar o início da vacinação. No começo de dezembro, o governo anunciou que teria iniciado uma licitação para a compra de agulhas e seringas. Esse tardio processo de compra — se ocorresse sem problemas demoraria entre 60 e 90 dias para ser concluído — conseguiu garantir apenas 2,4% dos itens previstos. O governo terá de iniciar um novo processo licitatório, que vai atrasar ainda mais a imunização da população mesmo que em janeiro haja uma vacina aprovada pela Anvisa.

Bolsonaro mostrou ao longo da pandemia que não tem qualquer interesse na vida dos trabalhadores. Dificultou o quanto pôde o pagamento do insuficiente auxílio emergencial; propôs medidas que flexibilizam os deveres dos patrões e precarizam os direitos dos trabalhadores; deixou de disponibilizar testes da Covid-19, agora com risco de perderem a validade; Bolsonaro sequer se dispôs a gastar integralmente o limitado orçamento previsto para o combate à pandemia. Agora, se nega a dar efetivos encaminhamentos que garantiriam a vacinação de toda a população ainda nos primeiros meses de 2021.

Os trabalhadores devem lutar por uma campanha de vacinação massiva e imediata, garantida pelo Estado, bem como outras medidas de saúde e segurança que se façam necessárias (testes gratuitos para todos, equipamentos de proteção, álcool gel, direito ao isolamento para os doentes, direito ao distanciamento para quem pertence a grupos de risco, interrupção de atividades não essenciais etc.). Essa luta deve estar ligada diretamente à necessidade de derrubada de Bolsonaro e à construção de um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais.

(11 de janeiro de 2021)



CAPÍTULO 10

Um Ano de Pandemia:

O Capitalismo e a Necessidade da Revolução

UM ANO DE PANDEMIA: O CAPITALISMO E A NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO

Há um ano, no dia 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o mundo enfrentava uma pandemia. Essa declaração não significava um mero formalismo, mas, sim, que tinha sido identificada a transmissão local da Covid-19 em todos os continentes. Naquele dia, os dados oficiais apontavam 118.319 casos de contaminação em todo o mundo e 4.292 mortes provocadas pela Covid-19. O Brasil registrava 34 casos e só viria a registrar a primeira morte na semana seguinte. Hoje, o mundo registra cerca de 2 milhões e 600 mil mortes, das quais, mais de 270 mil, no Brasil.

Não é preciso mencionar outros dados para mostrar a tragédia que o mundo vive diante da pandemia, que foi agravada e levada a esse ponto por conta da dinâmica própria do capitalismo. O capitalismo vinha mostrando sintomas de uma crise visível por meio da estagnação ou redução do crescimento econômico de diversos países, que levava a um aumento do desemprego e a ataques aos direitos dos trabalhadores. Esses sintomas de crise também se expressavam por meio das revoltas e revoluções, ocorridas ao longo de 2019, protagonizadas por trabalhadores em todos os continentes, como resposta à piora na situação de vida e de trabalho.

Portanto, por um lado, o vírus impactou uma economia fragilizada, afetando diversos setores que tiveram que ou fechar muitos dos seus locais de produção, ou reduzir a quantidade de trabalhadores. O exemplo mais claro ocorreu em empresas de diversos ramos — como a Ford no Brasil —, as quais ao longo do ano foram anunciando demissões e fechamento de fábricas. O capitalismo, portanto, empregava uma de suas formas mais comuns de superar suas crises. Além disso, muitas das pequenas empresas se viram afetadas, falindo e fechando as portas, em decorrência da

diminuição na circulação de pessoas e do aumento no uso de serviços de comércio virtual.

Contraditoriamente, outros setores econômicos cresceram de forma estrondosa, em especial aqueles vinculados aos diversos ramos da tecnologia. No cenário de pandemia, empresas de comércio virtual, em especial gigantes como a Amazon, tornaram-se ainda mais lucrativas e poderosas. Além disso, a tendência ao crescimento do uso de aplicativos na contratação de serviços, observada nos anos anteriores, também se ampliou, fazendo crescer e diversificar as possibilidades de atendimento por meio de plataformas como iFood, Uber, entre outras.

Para os trabalhadores o cenário foi trágico. O desemprego cresceu de forma estrondosa, batendo recordes em países como Estados Unidos e Brasil. Por outro lado, a demanda por força de trabalho nos setores que conseguiram crescer, como os de tecnologia e os serviços de aplicativo, levou ao aprofundamento da precarização. O Estado atuou tanto no sentido de garantir medidas compensatórias, por meio do pagamento de seguro-desemprego ou de auxílios emergenciais, como no sentido de atacar direitos daqueles que conseguiam manter seus empregos, legalizando a redução de carga horária ou a precarização por meio do trabalho remoto.

Com a pandemia, houve um arrefecimento nas mobilizações dos trabalhadores. O espaço das ruas foi deixado momentaneamente de lado e a ameaça de derrubada de governos foi transformada pelas direções reformistas no discurso de unidade nacional numa pretensa guerra contra o vírus. Contudo, com raras exceções, todos os governos tiveram uma postura de priorizar a amenização dos danos econômicos das empresas e dos bancos, por meio de substanciais apoios financeiros. Os trabalhadores, além do desemprego e da perda de direitos, quando muito mantinham apenas o direito de manter um emprego precarizado.

Nesse cenário, em certo momento, as redes sociais se tornaram um espaço de organização e mobilização. No Brasil, houve um grande crescimento de grupos virtuais em torno do “Fora Bolsonaro”, acompanhado de frequentes e sistemáticos painéis. Em diversos países, logo as ruas voltaram a ser tomadas pelos trabalhadores, como nos Estados Unidos, ainda que com repressão policial. Nos meses seguintes, outros países se tornaram palco de intensas mobilizações, como Colômbia, Taiwan e, mais recentemente, Senegal.

Outra marca desse um ano de pandemia passou pela postura negacionista de líderes políticos em âmbito internacional, como no caso do Brasil, dos Estados Unidos e da Inglaterra. Ainda que esses sejam os mais extremos exemplos de negacionismo, quase todos os governos mantiveram uma postura de adotar medidas parciais ou ineficazes para conter a proliferação da Covid-19. Os interesses da burguesia guiaram as ações dos governos em todo o mundo.

As ações governamentais para combater o avanço da Covid-19 em quase todos os países careceram de planejamento ou mesmo de efetivos critérios científicos. O vírus circulou livremente pelo mundo, em especial quando a diminuição episódica no número de contágios e mortes fez com que os governos autorizassem a abertura dos mais variados setores da economia. Um novo aumento de mortes sempre levava à implementação de algumas restrições, reduzindo parcialmente a circulação de pessoas, mas sem atacar de forma direta os espaços de maior contágio, como transporte público, fábricas e comércios.

Um dos setores econômicos em que os interesses privados também prevaleceram foi o de desenvolvimento das vacinas contra a Covid-19. Em todo o mundo, não se viu uma cooperação científica para a criação de vacinas, mas a pulverização de esforços, guiada normalmente pelos interesses dos grandes laboratórios. Os Estados nacionais se colocaram ao lado de laboratórios específicos,

colaborando ou mesmo financiando as pesquisas. Além disso, o fato de o desenvolvimento da vacina ser controlado pelos grandes laboratórios fez com que sua venda e distribuição se desse por meio da lógica do lucro e, para atender, de forma prioritária, os interesses imperialistas.

Passado um ano, a pandemia continua a assolar o mundo. Os tímidos recuos estatísticos pouco importam para as pessoas que em seu cotidiano veem familiares e amigos se contaminarem ou morrerem, e muitas vezes sem sequer conseguir um leito de UTI ou mesmo se vacinar. Esse cenário poderia ser amezinhado ou mesmo superado se houvesse uma economia planejada, que priorizasse ações que não visassem o lucro privado. Mas isso somente seria possível por meio da revolução e da construção do socialismo.

A burguesia entende que a piora nas condições de vida e o avanço da consciência dos trabalhadores pode colocar em risco o sistema em seu conjunto. Essa é a razão para que se tenha colocado o Estado a investir pesadamente na economia, auxiliando a burguesia na manutenção da ordem capitalista e, ao mesmo tempo, garantindo uma pífia melhoria momentânea na situação dos trabalhadores. Contudo, até mesmo essa perspectiva de investimentos estatais tem seus limites. As recentes mobilizações que ameaçam derrubar o presidente no Paraguai são um exemplo disso. O impacto dessa crise, bem como a situação política de outros países, fez com que setores da burguesia colocassem em destaque diferentes alternativas políticas no cenário político brasileiro, como a ação de tirar as acusações a Lula, fazendo importantes lideranças políticas e empresariais elogiarem publicamente o petista.

Se é fato que estão dadas as condições objetivas que colocam a possibilidade da revolução, diante de uma das mais profundas crises que o capitalismo viveu em toda a sua existência, também é fato que não existe direção política dos trabalhadores que coloque no horizonte a transformação da sociedade. Somente será possível

superar a pandemia com a derrubada do capitalismo e, para tanto, é preciso construir uma direção revolucionária dos trabalhadores, tendo no horizonte uma economia planificada e uma sociedade em que os trabalhadores, por meio de suas organizações, decidam seus rumos.

(11 de março de 2021)

PARTE 3

Ditadura

CAPÍTULO 11

O Fantasma da Ditadura e o Governo Bolsonaro

O FANTASMA DA DITADURA E O GOVERNO BOLSONARO

Um dos temas mais comentados nesta semana, em relação ao governo Bolsonaro, foi sua determinação para que, no dia 31 de março, os militares comemorem o golpe de 1964. Diante das críticas recebidas, inclusive de sua bancada parlamentar, e até mesmo de parte dos militares, passou-se a utilizar o eufemismo “rememorar” no lugar de comemorar. Bolsonaro nunca escondeu sua simpatia pela ditadura militar (segundo ele, um “regime de autoridade”) e há bastante tempo ele afirma que não ocorreu um golpe em 1964. Para ele, as ações dos militares visariam unicamente a defesa da democracia, ameaçada por uma suposta ameaça comunista.

Essa mentira, uma narrativa ficcional que quer se impor como verdade, não foi inventada por Bolsonaro. Desde o golpe, ela é difundida por setores civis e militares que apoiaram a ditadura, propagandeada em livros e até mesmo em revistas ou outras publicações ligadas às Forças Armadas. Paranoicos, esses setores entendem que a “transição democrática” e a constituição da Nova República teriam sido uma vitória das esquerdas, como se fosse uma etapa da revolução socialista. Em função disso, segundo esses setores militares, a doutrinação da esquerda, em espaços como as escolas e a imprensa, fez com que a sociedade construísse uma imagem negativa dos governos militares, colocando a necessidade de, na atualidade, fazer o combate para corrigir a “verdade sufocada” pelo totalitarismo comunista. Esse tipo de interpretação, além da completa ausência de relação com a realidade, fere não apenas a compreensão do passado que a sociedade construiu sobre o período ditatorial como o próprio método científico para analisar esses processos.

Bolsonaro expressa a compreensão de que os documentos do período diriam por si uma verdade histórica, sem que fosse preciso interpretá-los ou mesmo contextualizá-los dentro do processo político e social em que foram produzidos. Com esse método constrói-se a narrativa de que haveria uma ameaça comunista prestes a controlar o Brasil, a partir da influência da Revolução Cubana, no começo da década de 1960. O governo de João Goulart seria o responsável por encabeçar o processo revolucionário no Brasil, sendo isso comprovado pela defesa de seu programa centrado nas “reformas de base” e pela suposta infiltração de comunistas em seu governo. Diante dessa ameaça imaginária, a ação das forças militares, bem como o reconhecimento da destituição do governo por parte do Congresso Nacional, seriam ações dos “salvadores da nação”, visando à defesa e a manutenção do regime democrático.

Essa é a narrativa construída a partir de documentos oficiais, dos textos da grande mídia e expressa nas memórias dos militares e parlamentares envolvidos com o golpe e com o regime ditatorial. Quem conta essas mentiras, difunde a ideia de que sua versão estaria livre de ideologias, por supostamente se basear em uma análise objetiva dos fatos. Essa interpretação, além de ser mentirosa e expressão de um ideário reacionário, desconsidera um conjunto de documentos e de memórias que contam uma história completamente diferente, ignorando fontes que mostram, entre outras coisas, que não havia nenhum tipo de ameaça comunista, que o governo João Goulart tinha a ilusão de desenvolver o capitalismo, e que havia uma profunda sintonia entre os setores golpistas e o governo estadunidense. O que os militares e civis comprometidos com a ditadura têm feito nas últimas décadas é unicamente construir narrativas que expressam interpretações não-científicas, cujo objetivo é apenas esconder a realidade concreta e o embate entre as classes.

No período do golpe que depôs João Goulart, colocava-se em cena a disputa entre diferentes segmentos burgueses, sendo óbvio que não houvesse por parte do bloco governista a defesa da superação do capitalismo. Os trabalhadores, em alguns momentos, mostraram disposição de mobilização, mas, nenhuma de suas principais direções, em especial os trabalhistas e os comunistas, tinham como objetivo lutar pelo socialismo, semeando ilusões na aliança com uma fantasiosa “burguesia progressista”. Para os civis e militares que deram o golpe e apoiaram a ditadura, o limitado nacionalismo defendido por João Goulart era uma ameaça perigosíssima. Esses setores, em meio à divisão política da Guerra Fria, defendiam que Brasil priorizasse o alinhamento completo com os Estados Unidos e se afastasse de qualquer possibilidade de diálogo ou negociação com países socialistas ou mesmo os chamados “não-alinhados”.

O legado que Bolsonaro defende é de submissão completa ao imperialismo, para isso requeitando na atualidade uma guerra imaginária em que um ilusório inimigo comunista ainda ameaçaria o Brasil. Em suas falas desprovidas de nexos, a esquerda teria aparelhado o Estado e, por meio da difusão do “marxismo cultural” e da “ideologia de gênero”, pretenderia implantar o comunismo no Brasil. Quem conhece o básico de marxismo sabe o quanto esse raciocínio é a mais completa bobagem. Bolsonaro se coloca, no presente, como liderança de um movimento que pretende derrotar uma suposta ameaça comunista ainda existente, não tendo vergonha de se assumir como uma espécie de continuidade de uma história sangrenta de repressão e morte que os setores mais reacionários da sociedade constroem há décadas.

Essas são as razões de Bolsonaro e seus seguidores defenderem uma “escola sem partido”, ou seja, uma educação controlada pelo partido reacionário. Essa é a razão para esses setores realizarem um violento ataque, não apenas contra os professores,

mas também contra a própria análise científica acerca da sociedade. Essa é a razão para esses setores fazerem elogios públicos a criminosos da ditadura como se fossem heróis, como é o caso do notório torturador Coronel Ustra. Essa é a razão por que a esquerda deve não apenas defender o passado contra o revisionismo tacanho dos reacionários, como também combater na linha de frente as ameaças às liberdades democráticas, como parte da luta pelo socialismo.

(30 de março de 2019)

CAPÍTULO 12

Bolsonaro, a Ditadura e o Anticomunismo

BOLSONARO, A DITADURA E O ANTICOMUNISMO

Bolsonaro e seus apoiadores ideológicos, desde a campanha eleitoral, parecem ter ampliado seus ataques à esquerda, em geral, e ao comunismo, em particular. Em um ato de campanha, Bolsonaro chegou a falar em “varrer do mapa os bandidos vermelhos” e, na véspera da posse, discursou contra o “lixo comunista”. Recentemente, Bolsonaro voltou a falar sobre o tema, mostrando um claro desrespeito às vítimas perseguidas pela ditadura. Bolsonaro parece viver numa realidade que lembra o passado clima da Guerra Fria, em que supostamente haveria uma infiltração comunista em curso no Brasil. Contudo, ainda que pareça paranoico ou mesmo fora da realidade, Bolsonaro tem clareza de qual é o inimigo a ser combatido: os trabalhadores e seu potencial de transformação da sociedade.

O governo Bolsonaro se coloca como um agente do capital financeiro, pretendendo vender estatais e privatizar serviços, e delimita claramente contra quem está lutando e quem precisa derrotar. Coloca como um dos espaços de batalha, além do combate à organização dos trabalhadores, o próprio campo da cultura e da disputa ideológica, sendo essas uma das razões de apresentar como um dos eixos de sua campanha e do seu governo o combate a uma genérica “doutrinação”, defendendo o projeto Escola Sem Partido e uma verdadeira cruzada contra a “ideologia de gênero”. Essa retórica serve também para mobilizar permanente parte de seu “exército”, que precisa estar de prontidão para defender o governo diante do desgaste provocado pelos ataques aos direitos dos trabalhadores e às liberdades democráticas.

O fato de ter colocado essas disputas culturais em destaque durante a campanha não aconteceu por acaso. Os militares brasileiros, décadas atrás, ao justificarem seu alinhamento político

ao campo político liderado pelos Estados Unidos, elaboraram uma doutrina que na qual afirmavam ser preciso estar sempre de prontidão para uma guerra iminente contra a União Soviética e seus aliados. Em 1964, essa foi uma das desculpas dos militares para o golpe, afinal, segundo eles, um governo de esquerda teria trazido o caos ao Brasil. Dando continuidade a essa mentira, contava-se, nas décadas seguintes, que os militares teriam encarado a tarefa de restabelecer a ordem e promover o desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa narrativa foi criada e repetida em livros e nos bancos escolares durante muitos anos, ainda na ditadura, mas sua completa falta de relação com a realidade fez com que fosse não apenas questionada como facilmente derrubada. Na década de 1970, com os parques núcleos guerrilheiros destruídos, não havia mais sentido em associar o “perigo vermelho” a uma iminente ação militar de forças de esquerda. Nesse período, a crise da mentira difundida pelos militares e o fim do período de crescimento econômico, estão entre as razões para que até mesmo uma parcela das Forças Armadas tenha passado a defender a necessidade de uma “transição democrática”. Essa nova ordem institucional deveria manter o domínio do capital financeiro e ser efetivada sem instabilidade política e social.

Na Europa, em paralelo à crise da ditadura brasileira, a esquerda reformista, em especial os partidos socialistas e comunistas, estava integrada à ordem burguesa. Para esses setores da esquerda, não havia mais a necessidade de superação do capitalismo e de construção de uma nova sociedade, mas apenas a conquista de reformas por dentro da ordem burguesa. Para os militares brasileiros, essa postura da esquerda, que logo teve seus reflexos no Brasil, não passava de fingimento. Os militares acreditavam que a priorização, por parte da esquerda, da disputa institucional, ocupando espaços nas eleições e respeitando as leis, era somente uma mudança tática, mantendo a estratégia anterior de

tomada do poder. Segundo os militares, as esquerdas buscavam a construção de uma “hegemonia cultural”, que, quando estivesse consolidada, permitiria aos comunistas tomar o controle do Estado.

Essa mudança foi percebida por Jorge Boaventura, ainda em 1980. Colaborador do Ministério da Educação durante a ditadura e ligado à Escola Superior de Guerra, Boaventura procura mostrar no livro *Ocidente traído* que há um perigoso ataque do materialismo às tradições cristãs em âmbito internacional, desde pelo menos as revoluções burguesas que ocorreram a partir do século XVII. Boaventura analisa as mudanças táticas discutidas no movimento comunista internacional, apontando que ela teria como objetivo se infiltrar em espaços como a imprensa e até mesmo igrejas, como forma de preparar as ações revolucionárias. Boaventura não percebe, em sua cegueira anticomunista, que as mudanças táticas discutidas pelos comunistas não eram uma mentira para chegar ao poder, mas que esses partidos estavam integrados à democracia burguesa e não tinham nenhum interesse em destruí-la.

Temas como doutrinação e infiltração por parte das esquerdas seriam trabalhados posteriormente, tendo uma de suas primeiras sistematizações num livro de Marco Polo Giordani. Publicado em 1987, o livro *Brasil: sempre*, que pretendia ser um contraponto ao *Brasil: nunca mais*, além de apresentar os costumeiros delírios sobre o suposto perigo comunista, também se dedicou a discutir as formas como atuavam as organizações subversivas. Entre outras coisas, afirma que os comunistas teriam como objetivo se infiltrar “em cada organismo associativo da sociedade civil” (GIORDANI, 1986, p. 134), podendo esse trabalho ser realizado tanto em fábricas e sindicatos como em escolas e universidades. Giordani define doutrinação como “incutir na mente das massas os princípios da ideologia marxista” (GIORDANI, 1986, p. 141) nos espaços onde estão infiltrados, com vistas a promover a derrubada de governos e do regime então constituído.

Enquanto a cúpula militar participava das negociações que levaram ao acordo entre os governantes e a oposição institucional, buscando consolidar uma democracia “segura” para os interesses do capital, setores da caserna continuavam a ter delírios sobre a suposta mudança de tática dos comunistas. Bolsonaro incorpora à sua retórica um conjunto de ideias de uma parcela desses militares que se mostravam insatisfeitos com a transição negociada. Como demonstraram em numerosos livros e depoimentos, publicados ao longo das últimas décadas, essa parcela de militares se mostrava ressentida com a forma em que a sociedade encarava sua atuação nos governos. Para eles, ao mudar sua tática de atuação, as esquerdas teriam ganhado a batalha no âmbito da disputa cultural e, ao buscar outras formas de tomar o poder, por meio da infiltração em espaços como a imprensa e as universidades, continuaram a colocar em risco a sociedade ocidental.

Bolsonaro, portanto, em certa medida, é inimigo da Nova República e, não por acaso, assumiu o governo pretendendo ser uma tentativa (bastante capenga) de bonapartismo no momento de falência do regime que se estruturou a partir da negociata final da ditadura. Ainda que invoque o inimigo que há décadas ruiu com os regimes stalinistas do Leste Europeu, Bolsonaro parece estar em prontidão para uma guerra contra os trabalhadores, os quais ele encara como inimigos doutrinados pelo “marxismo cultural”, que supostamente domina as escolas e universidades Brasil afora. Se Bolsonaro está esperando a subversão e a tentativa de tomada do poder, cabe aos trabalhadores colocarem-se na ofensiva, não apenas para derrubar o candidato a Bonaparte, mas também destruir por completo o capitalismo.

(5 de agosto de 2019)

CAPÍTULO 13

Bolsonaro e a Criminalização do Comunismo

BOLSONARO E A CRIMINALIZAÇÃO DO COMUNISMO

Na última semana, o deputado federal Eduardo Bolsonaro divulgou em suas redes sociais que apresentou projeto de lei que visa criminalizar quaisquer referências ao nazismo e ao comunismo. O parlamentar, apresentando-se como “guardião da liberdade”, afirmou que “devemos combater qualquer ideologia que destrua aspecto tão fundamental na vida do brasileiro. Cabe a nós, parlamentares, repudiar todo tipo de genocídio” (*UOL*, 02/09/2020). Esse tipo de comentário é demonstração de um grande cinismo, considerando que o parlamentar é parte da sustentação do genocídio da classe trabalhadora promovido pelo governo durante a pandemia.

O projeto apresentado pelo deputado propõe alterar a lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que define os crimes contra a segurança nacional, que passaria a incluir a proibição a “qualquer referência a pessoas, organizações, eventos ou datas que simbolizem o comunismo ou o nazismo” (PL nº 4.425/2020). Ficaria proibido ainda:

fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem as bandeiras, símbolos, imagens ou outros atributos nos quais seja reproduzida a combinação de foice e martelo, foice, martelo e estrela pentagonal, a cruz suástica ou gamada, arado (vanga), martelo e estrela pentagonal para fins de divulgação do nazismo ou do comunismo (PL nº 4.425/2020).

O projeto também propõe alterar a lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, dando aos

estabelecimentos de ensino a incumbência de “adotar medidas destinadas a conscientizar os estudantes sobre os crimes cometidos por representantes dos regimes comunista e nacional-socialistas (nazistas)” (PL nº 4.425/2020). Aponta-se também que se deve

[...] elaborar e aperfeiçoar livros, programas e medidas sobre a história dos regimes totalitários comunista e nacional-socialistas (nazistas), recordando que os regimes comunista e nazista são responsáveis por massacres, pelo genocídio, por deportações, pela perda de vidas humanas e pela privação da liberdade no século XX numa escala nunca vista na História da humanidade (PL nº 4.425/2020).

Para qualquer pessoa séria, essa proposta se mostra um grande disparate. Primeiro, porque propõe cercear as mais básicas liberdades democráticas no que se refere ao direito de livre expressão, abertamente defendendo a censura. Essa proposta também se mostra absurda ao igualar comunismo e nazismo, expressando o processo de revisionismo histórico em âmbito mundial, que, no caso da família Bolsonaro, já vem se manifestando há anos, principalmente por meio da defesa da ditadura militar ou de torturadores sanguinários como Ustra.

A proposta parlamentar de Eduardo Bolsonaro parece ter relação com o ataque do governo à atuação da imprensa e com a proposta de cerceamento do trabalho dos professores. Além disso, ignora quaisquer evidências ou pesquisas históricas, ao igualar dois diferentes regimes políticos, especialmente como forma de atacar o socialismo ou o comunismo, que não pode ser confundido com as experiências stalinistas na União Soviética e seus satélites.

O governo nazista foi uma expressão do Estado burguês, com vistas à defesa e manutenção da ordem capitalista. O nazismo, ou outras variantes de extrema direita, são condenados apenas nos

momentos em que a burguesia enxerga a democracia formal como melhor opção. Como na Alemanha dos anos 1930, ou na ditadura no Brasil, a burguesia recorrentemente faz a opção por regimes de força ou mesmo pelo genocídio aberto, se isso for preciso para a manutenção da ordem capitalista. Como parte disso, a burguesia precisa restringir qualquer menção à história de luta dos trabalhadores ou mesmo criminalizá-la, tentando barrar qualquer risco de mobilização contra o capitalismo e em defesa do socialismo.

Por outro lado, não é possível fazer uma defesa irrestrita dos regimes controlados pela burocracia stalinista, seja na União Soviética e em seus satélites. A burocracia stalinista tirou dos trabalhadores o poder de base dos conselhos de operários e camponeses, os quais, reunidos, poderiam discutir e deliberar sobre sua vida cotidiana, inclusive sobre seu futuro. Construindo um regime de terror, Stalin e seus aliados perseguiram a oposição e foram os principais responsáveis pelo processo de destruição das conquistas da revolução, levando à restauração do capitalismo. O stalinismo é um representante da burguesia dentro do movimento operário, em busca da manutenção de suas próprias benesses, mas não é a própria classe inimiga.

O nazismo, por sua vez, constituiu regimes burgueses, marcados por uma sociedade militarizada, que respondiam aos interesses do capital financeiro. Em situações de aprofundamento de crises econômica e social são uma ferramenta da burguesia para garantir o controle da sociedade e a exploração ao máximo dos trabalhadores. O nazismo significou a completa derrota do movimento e das organizações dos trabalhadores, em grande medida por conta da traição dos partidos de esquerda, pelas mãos do setor mais ávido e sanguinário da classe dominante.

Mesmo que possa haver semelhanças na forma como aparecem os dois regimes, expressas na centralização do poder ou na repressão à oposição, nazismo e stalinismo são diferentes por conta

do seu conteúdo de classe. Além disso, mesmo que de forma distorcida, a União Soviética ainda expressava as conquistas da revolução de 1917. Na União Soviética, a principal tarefa dos trabalhadores passava por derrotar a burocracia estatal e restabelecer o poder da base dos soviets, enquanto, no caso do nazismo, a tarefa era destruir o capitalismo e derrubar todos os seus lacaios, fossem burgueses, nazistas ou mesmo os reformistas.

Por isso, é no mínimo hipócrita que um setor político que expressa posições de flerte com o fascismo, como é o caso da família Bolsonaro, faça uma denúncia dos regimes stalinistas. O projeto apresentado por Eduardo Bolsonaro requebra o discurso da Guerra Fria, centrado na defesa da ordem imperialista. Suas posições expressam a apologia da ordem burguesa, defendendo abertamente a necessidade de uso da violência e da repressão para defender a qualquer custo o capitalismo.

Em sua busca por conter as lutas dos trabalhadores, o governo Bolsonaro e seus apoiadores constroem uma interpretação mentirosa da história, como expressão de sua fantasiosa caçada ao “marxismo cultural”. Para tanto, fazem coro ao discurso construído por setores da direita em diversos países, com medidas legislativas de criminalização do comunismo, como o caso da Ucrânia, citado por Eduardo Bolsonaro, ou mesmo a resolução revisionista da União Europeia, que iguala o nazismo ao regime stalinista, votado em 2019.

Essa ação de Eduardo Bolsonaro mostra o desespero do governo, que precisa manter mobilizado o setor ideológico de sua base social enquanto fecha todos os tipos de acordo com a burguesia e seus representantes, visando aplicar o programa defendido pela burguesia e manter seus postos de governo. O bonapartismo capenga está cada vez mais cambaleante.

(11 de setembro de 2020)

CAPÍTULO 14

*A "Revogação" da Lei de Segurança
Nacional e a Repressão aos Trabalhadores*

A “REVOGAÇÃO” DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL E A REPRESSÃO AOS TRABALHADORES

No dia 4 de maio, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.764/2002, que revoga a Lei de Segunda Nacional (LSN). Embora o enterro da LSN seja um passo importante na luta dos trabalhadores, seu conteúdo repressivo, que visa garantir a estabilidade política e social, foi transferido para o Código Penal. Mesmo revogando uma das últimas peças repressivas da ditadura, ao acrescentar os “crimes contra o Estado Democrático de Direito” ao Código Penal, a democracia burguesa nada mais faz do que atualizar suas ferramentas de perseguição aos e opositores da exploração capitalista.

Com base na LSN, cujo texto vigente data de 1983, foram instaurados 77 inquéritos em 2019 e 2020. Em 2018, foram abertos 19 inquéritos. No ano seguinte, o primeiro do governo Bolsonaro, o número saltou para 26 inquéritos e, em 2020, foram abertos 51. Entre 2015 e 2017, foram abertos 25 processos com base na LSN. Esses processos incluem nomes como Felipe Neto, Guilherme Boulos e Sônia Guajajara.

O projeto aprovado na Câmara do Deputados, ainda a ser discutido e aprovado no Senado, tipifica no Código Penal diversos crimes contra o “Estado Democrático de Direito”, como atentado à soberania do país, espionagem, golpe de estado, interrupção do processo eleitoral, comunicação enganosa em massa, sabotagem e atentado ao direito de manifestação.

Por outro lado, o projeto também define que não se enquadram como crimes contra o Estado Democrático de Direito manifestações como protestos, passeatas, greves e nem a atividade jornalística. O projeto também estabelece que fica proibido impedir,

com violência ou ameaça grave, o exercício pacífico e livre de manifestação de partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, órgãos de classe ou demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos.

Contudo, não há qualquer garantia de que os movimentos sociais e a esquerda não serão perseguidos. Pelo contrário, o projeto aprovado coloca como crime, entre outras coisas, a insurreição, definindo como tentativa, “com emprego de grave ameaça ou violência, [de] impedir ou dificultar o exercício do poder legitimamente constituído, ou alterar a ordem constitucional estabelecida” (PL nº 6.764/2002). O projeto também tipifica a conspiração, apontando como associação de “duas ou mais pessoas, para a prática de insurreição ou de golpe de estado” (PL nº 6.764/2002). No item sobre terrorismo, o PL descreve como crime:

apoderar-se ou exercer o controle, total ou parcialmente, definitiva ou temporariamente, de meios de comunicação ao público ou de transporte, portos, aeroportos estações ferroviárias ou rodoviárias, instalações públicas ou estabelecimentos destinados ao abastecimento de água, luz, combustíveis ou alimentos, ou à satisfação de necessidades gerais e impreteríveis da população (PL nº 6.764/2002).

Esses e outros elementos deixam a revogada LSN e passam a ser tema do Código Penal, podendo ser manejado por governos e pela burguesia conforme suas necessidades, prevendo a criminalização de qualquer ação insurrecional ou revolucionária que coloque em risco a democracia burguesa.

O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, contrasta com o PL n. 7.951/2014, que anistia os lutadores sociais

criminalizados em todo o Brasil e foi construído pela Esquerda Marxista. Apresentado por um conjunto de parlamentares do PT, sua proposta afirma que:

Enquadram-se nos critérios estabelecidos por esta Lei, todos os cidadãos e lideranças dos movimentos sociais, sindicais e estudantis que sofreram ou sofrem condenações, ações penais e inquéritos policiais cuja origem é a participação em greves, ocupações de fábricas, ocupações de terras, ocupações de escolas, manifestações e atividades públicas, assim como nas atividades daí decorrentes ou relacionadas (PL nº 7.951/2014).

Essa proposta, que toma claramente o lado dos trabalhadores e procura garantir a defesa de suas lutas contra qualquer ação do Estado burguês, aponta sobre a LSN: “Esta Lei revoga a Lei de Segurança Nacional – LSN (Lei nº 7.170/1983) e anula todos os processos criminais com base na LSN e seus efeitos” (PL nº 7.951/2014).

Contudo, o PL nº 7.951/2014, que de fato expressa os interesses dos trabalhadores, segue parado no Congresso Nacional, enquanto o projeto que transfere as medidas repressivas da LSN para o Código Penal avança para a aprovação no Senado, com apoio inclusive de parlamentares pretensamente de esquerda. O deputado Leo de Brito (PT) afirmou, segundo matéria publicada no site nacional do partido:

Nós não podemos ter mais esse verdadeiro entulho da época da ditadura militar vigorando e sendo utilizado para perseguir, sobretudo, inimigos políticos do atual presidente da República. Nós todos devemos



considerar a defesa do Estado Democrático de Direito sagrada, e este Parlamento, que um dia já foi fechado, deve prezar por isso. Não vamos ter mais manifestações a favor de AI-5, da intervenção militar, da ditadura, porque o Brasil é uma grande democracia, e nós precisamos consolidá-la (PT, 05/05/2021).

Certamente foi o fortalecimento dessa democracia que inspirou o governo Dilma a sancionar a Lei Antiterrorismo em 2016. Essa lei, e outros mecanismos legais, têm sido utilizados para perseguir e reprimir mobilizações dos trabalhadores, greves e movimentos sociais.

Embora os reformistas pretensamente de esquerda tentem colorir o projeto de lei sobre a LSN que avança no Congresso Nacional, essa proposta é expressão da necessidade da democracia burguesa de garantir a estabilidade e o bom funcionamento do regime. Contudo, para que possa modernizar as formas de repressão, necessita substituir um dos mais criticados entulhos da ditadura, sem colocar em risco o regime burguês construído na Nova República. Essa democracia, cada vez mais instável por conta da crise econômica e política, procura formas de mudar apenas sua aparência, sem mexer, contudo, em seu conteúdo de classe e, principalmente, sem ameaçar a segurança da dominação burguesa.

(12 de agosto de 2021)

CAPÍTULO 15

Braga Netto e a Negação da Ditadura

BRAGA NETTO E A NEGAÇÃO DA DITADURA

Nesta terça-feira (17), em audiência na Câmara dos Deputados, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, afirmou que não houve ditadura entre 1964 e 1985 no Brasil. “Não, não considero que tenha havido uma ditadura” (*El País*, 17/08/2021), afirmou o ministro.

Houve um regime forte, isso eu concordo. Cometeram excessos dois lados, mas isso tem que ser analisado na época da história, de Guerra Fria e tudo mais, não pegar uma coisa do passado e trazer para o dia de hoje (*El País*, 17/08/2021).

Essa postura não é novidade no governo Bolsonaro, nem mesmo vinda de Braga Netto. Há alguns meses, uma nota do Ministério da Defesa, por conta do aniversário do golpe, defendia a comemoração desse acontecimento tão traumático para a sociedade:

Os brasileiros perceberam a emergência e se movimentaram nas ruas, com amplo apoio da imprensa, de lideranças políticas, das igrejas, do segmento empresarial, de diversos setores da sociedade organizada e das Forças Armadas, interrompendo a escalada conflitiva, resultando no chamado movimento de 31 de março de 1964.

As Forças Armadas acabaram assumindo a responsabilidade de pacificar o país, enfrentando os desgastes para reorganizá-lo e garantir as liberdades democráticas que hoje desfrutamos (*Ministério da Defesa*, 31/03/2021).

No final, a nota do Ministério da Defesa exaltava a atuação dos golpistas: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (*Ministério da Defesa*, 31/03/2021).

Há muitos anos, é recorrente a postura de negar as barbaridades cometidas pelos governantes durante a ditadura. Um caso emblemático aconteceu quando o jornal *Folha de São Paulo*, em editorial publicado no dia 17 de fevereiro de 2009, usou a expressão “ditabranda” para se referir à ditadura. O texto afirmava: “na comparação com outros regimes instalados na região no período, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional” (*Folha de São Paulo*, 17/02/2009).

Para afirmar que a ditadura foi “branda”, ou apenas um “regime forte”, é comum que seus defensores comparem o número de mortos em função da repressão estatal do Brasil com o de outros países da América Latina. Pode-se entender que a repressão desencadeada no Brasil procurou ser seletiva, ou seja, priorizou a perseguição aos militantes das organizações políticas, não a perseguição de massas.

Considerando apenas os dados estatísticos, de fato a ditadura brasileira assassinou menos pessoas ou foi responsável por uma quantidade menor de desaparecimentos, comparada com, por exemplo, a Argentina, onde esse número chega a 30 mil pessoas. Concluído em 2014, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade listou 434 mortes, dentre as quais, 191 pessoas foram assassinadas, 210 foram tidas como desaparecidas e 33 foram listadas como desaparecidas, mas posteriormente seus corpos foram encontrados. O mesmo relatório aponta que pelo menos 1.843 pessoas foram submetidas a tortura e que houve 6.016 denúncias de atos de desrespeito aos direitos humanos.

Considerando esses dados, que levam em conta as informações que se conseguiu obter com algum tipo de comprovação, percebe-se que uma quantidade significativa de pessoas sofreu torturas físicas ou psicológicas ou algum outro tipo de coação. Esse número também pode nos levar a imaginar a quantidade de pessoas que, em função do medo provocado pela repressão, ao verem seus conhecidos sofrerem algum tipo de ameaça, optaram pelo silêncio e pela abstenção política, como garantia de sua vida e de sua família.

Outro aspecto, que remete ao contexto a que se refere Braga Netto, tem a ver com o próprio aparato estatal da ditadura no Brasil. Embora não seja exclusividade, no Brasil a ditadura conseguiu consolidar como parte do regime órgãos de formulação ideológica, como a Escola Superior de Guerra (ESG). Essa instituição, fundada em 1949, tendo sofrido a influência norte-americana, foi responsável pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a qual, mesmo antes do golpe de 1964, constituiu-se em um corpo ideológico que orientou civis e militares que viriam a se tornar responsáveis pelas ações dos governos ditatoriais.

O projeto político, formulado a partir da DSN, tinha como objetivo fazer com que o país alcançasse um desenvolvimento econômico de destaque na lógica capitalista internacional. O Brasil seria uma “potência média”, girando em torno dos Estados Unidos, mas exercendo certa influência política e econômica na região. Nesse projeto não cabiam dissidências; eram inimigos, ou mesmo “agentes comunistas”, todos aqueles que assumissem qualquer postura de oposição. A questão da segurança nacional estava centrada em impedir a infiltração do “inimigo” externo e combater seus apoiadores internos, apontando para a necessidade do controle ideológico da sociedade e, caso necessário, do uso de ações de coerção e violência.

No Brasil, a ditadura interrompeu um processo de lutas que

poderia ter levado a uma situação revolucionária, ou seja, foi um golpe preventivo que visava impedir o avanço das lutas dos trabalhadores, que começavam a ganhar força, apesar do papel traiçoeiro de suas direções, como o PCB. Em países como Argentina e Chile, as ditaduras vieram cronologicamente depois da brasileira, contando com apoio político e logístico do governo do Brasil.

Em 1973, no Chile, o golpe liderado por Pinochet foi não apenas uma resposta às tímidas políticas pretensamente socialistas de Allende, mas, principalmente, interromper um processo de mobilização política que abria a possibilidade concreta de uma situação de duplo poder. Na Argentina havia um intenso processo de mobilização política, iniciado com o *Cordobazo*, em 1969. Nesse processo, não apenas foi derrubada uma ditadura, como a classe operária da Argentina veio a colocar no cenário político embriões de duplo poder. Em 1976, o golpe procurou pôr fim a uma possibilidade de se aprofundar uma crise revolucionária.

Portanto, uma comparação entre Argentina, Brasil e Chile não pode ser feita apenas por meio de estatísticas. No Brasil, a ditadura inaugurou uma política de ação contra a ameaça de influência da União Soviética na América Latina, pouco depois da Revolução Cubana. Em países como Argentina e Chile, os golpes estancaram processos revolucionários, que poderiam colocar a classe trabalhadora como protagonista das ações políticas, superando eventualmente as direções traiçoeiras.

Braga Netto, ao negar à ditadura o seu verdadeiro caráter, não faz outra coisa que não esconder a cumplicidade dos militares brasileiros com o projeto imperialista, sua ação golpista em 1964 e sua colaboração com a ditadura de outros países. O general nega, assim, que tenha ocorrido a repressão aos trabalhadores por parte do regime ditatorial e isenta a ditadura das mortes e desaparecimentos.

Na transição para o regime que substituiu a ditadura,

simbolizada pela Constituição de 1988, o mais importante para os capitalistas foi a manutenção da ordem burguesa. Bolsonaro e seus aliados não são outra coisa que não a face mais dura desse regime, visando aprofundar a exploração dos trabalhadores. Portanto, é preciso imediatamente derrubar o governo Bolsonaro e construir um governo dos trabalhadores, sem patrões nem generais.

(23 de agosto de 2021)

PARTE 4

Universidades

CAPÍTULO 16

Lutas e Desafios da Universidade Pública no Brasil

LUTAS E DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL

Desde a sua campanha eleitoral, Jair Bolsonaro apresentou a universidade pública como um problema a ser combatido, pois supostamente estaria tomada por militantes de esquerda. Chegou a ser noticiado pela imprensa a preocupação de alguns assessores do então candidato de que as medidas a serem implementadas pelo governo poderiam causar o que chamaram de “rebelião” nas universidades. Se tal preocupação realmente existia, não se pode saber ao certo; mas a indicação de Ricardo Vélez Rodríguez como ministro mostrou quais os rumos que o atual governo pretende dar à educação no Brasil. Ao nomear um professor universitário sem experiência em gestão e seguidor das ideias reacionárias de Olavo de Carvalho, Bolsonaro deixou claro que são suas prioridades a pauta sobre “costumes” e a abertura das portas para a privatização, e que não dará importância à ampliação de investimentos na melhoria da educação. Ao apresentarem os professores como inimigos da educação, e afirmarem que há recursos em exagero investidos neste campo, presidente e ministro mostram que está entre suas metas instalar um clima de perseguição no espaço acadêmico. Em suma, a composição do MEC foi uma declaração de guerra do novo governo às universidades.

Já nas primeiras semanas de governo ocorreram anúncios e ataques que deixaram explícita essa perspectiva para a educação. O caso mais emblemático foi o anúncio da chamada “Lava Jato da Educação”: trata-se de uma parceria entre os ministérios da Educação e da Justiça, cujo objetivo, segundo as palavras do próprio presidente da República via Twitter, é apurar “indícios de corrupção no âmbito do MEC em gestões passadas” (*Exame*, 19/02/2019). Tais indícios, de acordo com as poucas informações divulgadas, estariam

relacionados a favorecimentos indevidos no Programa Universidade para Todos (ProUni), desvios de verba pública no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) envolvendo o sistema S (Senai, Senac, Sesi etc.), concessão ilegal de bolsas de ensino a distância, e irregularidades em universidades federais (sem mencionar que tipo de irregularidades ou quais universidades). Essa generalização de supostas denúncias, sem especificar quais são as instituições envolvidas, e sem explicar nada em detalhes, mostra a disposição do governo em fazer um amplo ataque a toda a educação em todos os níveis de ensino. Está claro que esse tipo de ação de Bolsonaro, Moro e Véléz tem fins muito mais midiáticos do que uma efetiva preocupação com o uso de recursos públicos.

A caçada a supostas irregularidades no funcionamento das instituições de ensino públicas e privadas influencia diretamente o funcionamento das universidades, principalmente diante da ameaça de não ter reconhecidos os resultados das eleições de reitoria, que serão realizadas nos próximos meses. Em sua campanha, Bolsonaro e seus assessores insistiram no combate ao perfil ideológico dos reitores, sugerindo que as universidades federais estariam tomadas por gestores de esquerda. Embora essa avaliação dos atuais governantes não passe de um delírio, afinal, o perfil dos reitores sempre foi e continua sendo bastante conservador, poderá afetar as poucas universidades que atualmente são de fato geridas por blocos formados por setores de esquerda, como é o caso da UFRJ e da UFAL. O ministro Ricardo Véléz, numa entrevista, defendeu que, para a escolha dos reitores, deveria ser criado um “banco de currículos e ter um comitê que escolhesse os três melhores candidatos” (*Veja*, 01/02/2019). Os nomes seriam apresentados ao ministro ou ao presidente, que escolheriam o dirigente máximo das instituições. Tal proposta lembra bastante os interventores indicados nos tempos da ditadura.

Essas ações do novo governo não surgiram do nada. Nos últimos anos, tem sido realizado um profundo ataque à autonomia das universidades. Tem sido recorrentes assédios sistemáticos do Ministério Público e do Poder Judiciário em busca de supostas irregularidades, como a investigação sobre desvios de verbas no ensino à distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que levou ao suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier. Outro caso emblemático tem sido o uso de denúncias sem consistência para forçar a retirada de um campus do Instituto Federal Catarinense (IFC) de dentro de um assentamento da reforma agrária, onde residem cerca de mil e quinhentas famílias, na cidade de Abelardo Luz, no oeste de Santa Catarina, alegando ingerência do MST na gestão do campus. Para completar esse quadro, entre outras situações pode-se citar a ação ilegal da Justiça Eleitoral dentro das universidades durante a última eleição presidencial, em busca de materiais que denunciavam justamente a escalada autoritária em andamento.

Assim como as perseguições, o problema da eleição de reitoria nas universidades não é exatamente uma novidade. Ainda no governo Temer houve ameaças de desrespeitar o resultado de algumas consultas realizadas em universidades, como na UNIFESP e na UFABC. Coube também ao governo Temer o trabalho sujo de atacar a autonomia na escolha dos reitores nas universidades, no final de seu mandato. Por meio da Nota Técnica nº 400, de dezembro de 2018, o governo sinaliza que serão invalidados processos de consulta à comunidade universitária que adotem votação paritária entre docentes, técnicos administrativos e estudantes. O referido documento aponta que consultas com “peso dos docentes diferente de 70% será ilegal, e deve ser anulada, bem como todos os atos dela decorrentes” (MEC, 10/12/2018). Essa orientação é um ataque frontal a um processo normalmente realizado nas universidades, por meio de consultas prévias, com paridade entre os três segmentos, organizado por seus representantes (em algumas instituições, pelos

sindicatos e entidades estudantis), que depois é submetido à apreciação do colegiado superior da instituição (cuja composição é de 70% de docentes). O colegiado superior então delibera pela conformação da lista tríplice, referendando como vencedor o candidato mais votado na consulta prévia. A nota técnica de Temer proíbe expressamente este processo. Numa crítica direta a essa forma de escolha dos reitores, pactuada desde o final da ditadura entre os segmentos que vivem o espaço universitário, Ricardo Vélez, referindo-se aos reitores, afirma que “o sindicato, que é da CUT, o elege e ele fica refém” (*Veja*, 01/02/2019). Nessa mesma entrevista, o ministro aproveitou para criticar o ANDES, representante dos docentes das universidades, referindo-se ao sindicato como “monstro que persegue o reitor” (*Veja*, 01/02/2019).

Como se não bastasse atacar o princípio da autonomia das universidades, no pacote de Bolsonaro há ainda a possibilidade de cobrança de mensalidades. Paulo Guedes teria inclusive apresentado os cálculos do que o governo poderia arrecadar, caso as universidades federais passassem a cobrar mensalidade dos alunos de maior renda. Em paralelo, com a vigência da Emenda Constitucional nº 95, que impõe o teto de gastos à educação e outras áreas, as universidades não têm a possibilidade de realizar novos investimentos ou receber mais recursos em sua matriz orçamentária. Com o orçamento hoje vigente, as instituições federais de ensino conseguem no máximo se manter em funcionamento, o que, no médio prazo, impedirá, principalmente, investimentos em manutenção de prédios e equipamentos. Em pouco tempo, casos como o incêndio no prédio do Museu Nacional poderão se tornar corriqueiros. E como se não bastasse esse cenário trágico, a possibilidade das terceirizações ilimitadas, também herança do governo Temer, deve ampliar nas instituições de ensino a presença de fundações privadas e até mesmo de empresas, cujos funcionários poderão assumir serviços dos mais diversos, como arquitetura e projetos, comunicação institucional e informática.

O cenário apresentado e pretendido pelo governo Bolsonaro, dando continuidade aos ataques iniciados por Temer, é de uma universidade elitizada, com parte de seus serviços realizados por entes privados, sem autonomia didático-científica, e com reduzido espaço de participação da comunidade acadêmica em suas decisões. O ensino de qualidade, principal marca das universidades e dos institutos federais, deve estar voltado apenas para uma parcela da população, e a produção de conhecimento, além de responder diretamente aos interesses do capital, não deverá ser socializada para o conjunto da sociedade. O projeto de Bolsonaro e seu ministro, expressando sua subserviência aos interesses do capital internacional, prevê a transformação das universidades federais em centros de excelência em ensino e pesquisa voltados para a formação de uma elite acadêmica e social. Não seria permitido, portanto, aos trabalhadores e à população pobre acessarem esse tipo de instituição.

Esse projeto nefasto, que impede o acesso da maioria da população à educação superior, e entrega a produção do conhecimento aos interesses privados, somente poderá ser barrado pela luta organizada dos trabalhadores e da juventude. Contudo, a esquerda reformista vacila diante desses ataques. Como principal exemplo disso podem ser citadas as ações dos governos do PT, o qual, além de escoar dinheiro público para setores privados por meio de programas como o PRONATEC e o PROUNI, não fez nada em relação à democracia interna das universidades. Pelo contrário, os governos de Lula e Dilma não se dispuseram a pôr fim à legislação vigente, herança do governo FHC, que impõe a lista tríplice e o maior peso dos docentes nos processos eleitorais das universidades. Lula e seu ministro Haddad limitaram-se a incorporar tais reivindicações dos trabalhadores em educação e dos estudantes somente no processo de criação dos institutos federais, sem tocar no processo de escolha de reitores nas universidades.

O outro problema da esquerda reformista é a defesa do atual projeto de universidade, mostrando sua completa adaptação às instituições burguesas. Diante dos ataques às liberdades democráticas e aos direitos dos trabalhadores, cabe aos marxistas defenderem essas conquistas. Contudo, a esquerda reformista confunde a defesa da manutenção de conquistas imediatas com a aceitação das atuais estruturas das universidades, que dificultam a participação da comunidade acadêmica e são coniventes com o processo de privatização em curso. Cabe aos marxistas a defesa de uma refundação completa das universidades, e não a sua reforma por meio de ações como cotas, ampliação de vagas em órgãos colegiados e a fiscalização das ações das fundações privadas e empresas terceirizadas. Essa estratégia de reformas do espaço universitário é um caminho para a derrota.

O espaço universitário expressa as contradições da sociedade capitalista e, com mediações das mais variadas, a exploração de classe da burguesia. Esse modelo de universidade tem como tarefa mais evidente a formação de força de trabalho, também cabendo a ela auxiliar o capital no processo de produção de mercadorias, desenvolvendo não apenas novas tecnologias, como também métodos de pesquisa e diagnósticos sobre diferentes aspectos da sociedade. Para responder aos interesses do capital, a universidade, ainda que pública e gratuita, precisa ser um espaço elitista, de liberdades democráticas restritas e que controla a participação política de trabalhadores e de estudantes. Essa universidade não interessa aos trabalhadores, devendo ser colocada como tarefa imediata a derrota do projeto de Bolsonaro e Véliz, o que se concretiza no combate à Lava Jato da Educação e ao avançado processo de privatização.

Cabe aos marxistas, ao mesmo tempo que lutam em defesa das liberdades democráticas e dos direitos conquistados, apontar para um novo projeto de universidade, que seja pública, gratuita e

para todos. Um programa de reivindicações imediatas passa pela defesa da eleição direta de reitores, pela ampliação de vagas para todos os jovens que queiram cursar uma universidade, por uma política de permanência que atenda a todos os estudantes, pela defesa intransigente da autonomia didático-científica das universidades, contra qualquer cobrança de mensalidade e taxas e contra todas as formas de privatização. Esse programa mínimo deve estar associado à luta por uma transformação profunda do espaço universitário, plenamente voltado aos interesses da sociedade e não do capital privado, que garanta o apoio integral à vida estudantil, a ampla socialização do conhecimento produzido e por uma gestão baseada na permanente mobilização da comunidade nas decisões e na gestão. Essa luta somente será vitoriosa se estiver associada à luta mais ampla pela derrubada do Estado burguês e pelo fim do capitalismo.

(19 de março de 2019)

CAPÍTULO 17

Os Intelectuais e a Luta Contra os Ataques do Governo

OS INTELLECTUAIS E A LUTA CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO

Nas últimas semanas, o governo Bolsonaro intensificou os ataques às instituições de ensino superior, afetando diretamente institutos e universidades federais. A política de bloqueio do orçamento afeta atividades básicas de funcionamento dessas instituições, que serão obrigadas a realizar cortes inclusive em atividades relacionadas a ensino, pesquisa e extensão. Diante desses ataques, está em jogo a manutenção do já precário funcionamento público da educação superior.

Os trabalhadores das universidades acabam assumindo as mais variadas posições políticas diante dos ataques promovidos pelo governo, e o fato de terem uma formação acadêmica que se destaca no conjunto da sociedade gera uma particularidade: a maior parte desses trabalhadores se enxerga como *intelectuais*, ou seja, um segmento social que não se vê como parte de nenhuma classe e, por isso, teria a possibilidade de analisar de forma mais precisa, talvez até mesmo neutra, os problemas sociais e as disputas políticas que permeiam a sociedade. Embora sejam assalariados que, como qualquer trabalhador, precisam cumprir horários e produzir algum tipo de mercadoria, esses intelectuais se consideram — e muitas vezes assim são considerados pelo conjunto da sociedade — uma espécie de elite privilegiada em meio à exploração capitalista.

Essa constatação sobre o caráter de classe e postura assumida pela intelectualidade não é novidade. Em 1939, Trotsky se referia à “pequena-burguesia educada academicamente”, apontando que

seus preconceitos teóricos já tomaram uma forma acabada, desde os bancos da escola. Por conseguirem aprender uma grande quantidade de conhecimentos,

tanto úteis como inúteis, sem ajuda da dialética, acreditam que podem continuar, sem problemas, a viver sem ela. Na verdade, prescindem da dialética somente à medida que não conseguem afiar, polir ou agudizar teoricamente seus instrumentos de pensamento, e na medida em que não conseguem romper com o estreito círculo de suas relações diárias. Quando se vêm confrontados com grandes acontecimentos, perdem-se facilmente e reincidem em seus hábitos pequeno-burgueses de pensamento (TROTSKY, 2011, p. 78).

Claro que há uma parcela de trabalhadores da educação superior que, embora também sejam vistos como intelectuais, encaram a universidade para além da atual institucionalidade e que, além de manter uma ativa prática política, entendem que somente a unidade dos trabalhadores na luta pelo socialismo poderá transformar efetivamente as instituições de ensino. Essa parcela da intelectualidade entende que são trabalhadores e que não são eles o centro da transformação revolucionária, ainda que possam cumprir algum papel auxiliando na mobilização do conjunto da classe. Contudo, esse setor, além de ser pouco numeroso, é marginalizado dentro do meio acadêmico, sendo seus representantes acusados de “doutrinadores” e “ideológicos”, não apenas pela extrema direita, mas, inclusive, pelas parcelas “conservadora” e “crítica” da intelectualidade, que têm em comum, ainda que de diferentes formas, o combate ao marxismo e à revolução.

Parte dos “intelectuais conservadores” vêm se posicionando de forma completamente covarde diante dos ataques vindos dos últimos governos, em especial a partir do segundo mandato da presidenta Dilma. Como resposta aos ataques, buscam se adaptar às políticas implantadas, propondo medidas que sirvam de paliativo diante da destruição da educação pública e gratuita. Esses setores não se importam com a ampliação do funcionamento de fundações

privadas ou de empresas terceirizadas nas instituições de ensino públicas. O princípio básico das ações desses setores passa centralmente por não enfrentar as políticas governamentais, recuando a cada ataque, não se importando com a corrosão do caráter público e gratuito das universidades e institutos federais.

Convivendo nos mesmos espaços que os “intelectuais conservadores”, há outro grande grupo que poderíamos chamar de “intelectuais críticos”. Esse setor, diante dos ataques que vêm sendo perpetrados, rapidamente se posiciona contra as medidas do governo e se lança em suas redes sociais para manifestar sua indignação. Parte deles, inclusive, auxilia na análise da conjuntura política e do impacto que os ataques podem ter sobre as instituições de ensino. Contudo, esse setor apresenta pelo menos dois limites. Um primeiro limite tem a ver com o fato de não ter qualquer prática política, sem sequer se dedicar ao cotidiano da construção de seus sindicatos, participando de assembleias apenas de forma esporádica, normalmente quando se discute algo que lhe interessa diretamente. Sua atuação ocorre muito mais em espaços paralelos, como fóruns de debate, em que participam inclusive os gestores das instituições, que basicamente visam discutir a manutenção das instituições como estão agora, limitando-se à luta contra os ataques imediatos.

Um segundo limite dos “críticos” tem a ver justamente com a perspectiva que possuem sobre as instituições, ou seja, não enxergam a necessidade das mobilizações para além da resistência aos ataques conjunturais. Entendem que os ataques sofridos pelas instituições de ensino são nocivos unicamente à medida que afetam seus próprios interesses, ao ameaçá-los enquanto elite produtora de conhecimento institucionalizado. Esses setores “críticos” pensam estrategicamente na melhoria da educação superior nos marcos do Estado capitalista, atuando politicamente de tal forma a se tornar gestores das instituições e, com isso, passar a aplicar uma política de limitadas reformas nos marcos da sociedade burguesa.

Ainda que esses setores “críticos” sejam aliados no combate aos ataques conjunturais promovidos pelo governo, sua luta se limita a uma melhoria superficial do espaço universitário como existe hoje. Escrevendo em 1910, Trotsky (1969, p. 182) alertava para o processo de absorção da intelectualidade pelo capitalismo, recrutando “as forças intelectuais mais talentosas, aquelas com poder de iniciativa e força de raciocínio”. Trotsky (1969, p. 184) apontava que a intelectualidade “depende para sua sobrevivência dos pagamentos provenientes do lucro industrial, da renda da terra ou do orçamento estatal, e, portanto, configura-se direta ou indiretamente como dependente das classes capitalistas ou do Estado capitalista”.

Essas reflexões de Trotsky, aplicadas ao contexto atual das universidades, nos permite entender que tanto o “intelectual conservador”, que se esconde atrás de sua mesa, como aqueles que criticam superficialmente os problemas da universidade, não estão fazendo outra coisa que não defender seus próprios interesses materiais. Além de não se reconhecerem como trabalhadores, querem se distanciar da rebelião que vem sendo gestada entre os demais trabalhadores. Trotsky (1969, p. 185) apontava que “tais pessoas não querem e não podem ver que seus uniformes de trabalho só se distinguem dos macacões dos operários pelo corte mais caprichado”.

A postura de parte dos intelectuais “críticos” em combater o marxismo e a revolução está relacionada à incapacidade deste setor de se ligar ao movimento concreto da classe trabalhadora, suas lutas e suas organizações, entendendo que a mera exposição retórica de suas opiniões pode ter algum impacto na realidade, sem que precisem se somar à mobilização da classe. Trotsky (1969, p. 188) apontava que a intensificação da luta entre o trabalho e o capital impede que os intelectuais cruzem “o campo em direção ao partido dos que defendem os trabalhadores. As pontes entre as classes estão

quebradas e, para atravessar de um lado a outro, seria necessário saltar sobre um abismo que se torna a cada dia mais profundo”.

Mesmo com a virulência dos ataques mais recentes promovidos pelo governo, e pela situação de calamidade em que se encontram as universidades e institutos federais, é pouco provável que a intelectualidade lute para transformar radicalmente o espaço acadêmico. Uma parcela deve aprofundar seu processo de absorção pelo capital, cada vez mais buscando financiamento privado para seus projetos. Os intelectuais “críticos”, quando muito, organizarão palestras e atividades dentro dos muros das universidades, falando para eles próprios, enquanto pensam em formas de minimizar o impacto dos ataques sobre seus projetos, nem que para isso seja preciso legitimar o corte de bolsas para seus orientandos ou ser conivente com a demissão e os ataques a outras categorias, em especial os trabalhadores terceirizados.

O fato de construir mobilizações dentro das universidades não é de todo negativo, afinal, propicia aos membros da comunidade acadêmica, em especial aos estudantes, espaços de debate e formação. Essas atividades, além de permitirem a difusão de informações sobre a situação da instituição, podem se tornar espaços para pensar a universidade para além da atual institucionalidade. Contudo, estão longe de ser um espaço de organização da luta unitária dos setores que constroem a universidade, sendo mais limitados até mesmo que a atuação sindical.

Para combater os atuais ataques, a mobilização mais imediata passa pela luta contra os cortes, defendendo que, no mínimo, emergencialmente, o orçamento aprovado para o ano seja respeitado. Contudo, essa luta é insuficiente, visto que os cortes não são uma ação conjuntural do atual governo, mas a concretização da política do capitalismo para a privatização da educação superior. Seria um erro limitar o programa à reivindicação do cumprimento do orçamento aprovado, sendo preciso colocar no horizonte a luta pela

educação pública, gratuita e para todos, garantindo vagas nas universidades a todos os jovens e a todos os trabalhadores da educação, bem como a estrutura necessária para a efetiva realização de seu trabalho.

É pouco provável que a intelectualidade “crítica”, muito menos a “conservadora”, avance nesse sentido. Caberá aos estudantes, setor mais fragilizado no meio universitário, ainda sem os vínculos materiais que imobilizam a intelectualidade, levar essa luta até o final, construindo a unidade com os demais setores explorados no embate contra o capital. Por isso uma das lutas que se fazem necessárias no atual cenário passa pela garantia da plena autonomia de organização dos estudantes, apoiando inclusive materialmente suas mobilizações. Quanto aos intelectuais, cumprirão um importante papel se derem o apoio que os estudantes precisam e não atrapalhem a dinâmica de mobilização dos mais jovens. Essas mobilizações, se unificadas aos combates contra os demais ataques aos trabalhadores, podem colocar na ordem no dia não apenas a derrota das políticas do atual governo, mas sua derrubada e a luta pelo socialismo.

(22 de maio de 2019)

CAPÍTULO 18

Ameaça ao Futuro do Ensino Superior

AMEAÇA AO FUTURO DO ENSINO SUPERIOR

No dia 17 de julho, foi lançado pelo governo federal o programa Future-se, a partir do qual se pretende reestruturar a educação superior, fazendo avançar o processo de privatização em curso. Segundo o MEC, o Future-se tem como objetivo o “fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior, por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios” (MEC, 22/07/2019). Esses recursos serão oriundos de fundos de investimento, parcerias público-privadas e privatização do patrimônio imobiliário das instituições.

O próprio governo federal criará um fundo de investimento, que deverá ser administrado por uma instituição financeira, e terá como objetivo desenvolver incubadoras e novas empresas e captar recursos privados. Cada departamento, instituto federal ou universidade precisará sair em busca de seu próprio financiamento, oferecendo projetos a serem apoiados por empresas. A União deixará de ser responsável pelo orçamento de manutenção e investimento das instituições que aderirem ao programa, que passarão a contar com o financiamento privado, podendo o governo federal ser no máximo um dos financiadores. As instituições que não aderirem serão castigadas com mais cortes, contingenciamentos e todo o tipo de ataques: o empurrão necessário para que vejam o Future-se como sua única possibilidade de sobrevivência.

Para disputar as verbas oferecidas, as universidades terão que investir nos seguintes eixos: “Gestão, Governança e Empreendedorismo”, com vistas a incorporar uma administração de caráter empresarial nas universidades; “Pesquisa e Inovação”, com vistas a ampliar as parcerias com o setor privado nos projetos executados pela instituição; e “Internacionalização”, escoando a

produção de conhecimento para os países centrais. Esses eixos estão baseados na ideia de fomento à competitividade, à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo individual.

As ações previstas pelo Future-se devem fomentar a competitividade não apenas entre instituições, mas também entre departamentos ou mesmo servidores da mesma instituição em busca de financiamento para seus projetos. Para serem contemplados, os projetos deverão estar associados aos interesses das empresas financiadoras, gerando produtos comerciáveis ou mesmo potenciais patentes, enfraquecendo propostas que tenham como objetivo o atendimento às demandas da sociedade. Além disso, algumas áreas do conhecimento, como as Ciências Humanas, permanentemente atacadas por Bolsonaro e seus seguidores, terão recursos ainda mais escassos. No caso de outras áreas, como as Ciências Exatas e Biológicas, que muitas vezes exigem estrutura de laboratório e equipamentos de grande valor, terão pouco ou nenhum apoio público, tendo que buscar recursos junto a empresas para realizar seus projetos.

Os trabalhadores das universidades e dos institutos federais, independentemente de serem docentes ou técnico-administrativos, deverão atuar como empreendedores e captadores de recursos para os projetos. Diante do corte de verbas e do arrocho salarial a que esses trabalhadores vêm sendo submetidos, as ações previstas no Future-se podem inclusive servir como uma renda suplementar. No médio prazo, teremos trabalhadores do ensino superior federal dedicados a prestar serviços para as empresas, usando para isso seu período de trabalho e o espaço físico das universidades públicas, produzindo conhecimentos que atendam exclusivamente às demandas do mercado.

Esse ataque à educação superior não ocorre por acaso, nem é responsabilidade exclusiva do atual governo. Se atualmente há um sufocamento orçamentário das universidades, isso se deve à política

de contingenciamento, iniciada no governo Dilma e aplicada também por Temer e Bolsonaro. O sufocamento orçamentário vivido pelas universidades e pelos institutos federais ocorre também nos marcos do “teto de gastos”, aprovado no governo Temer, com apoio do então deputado Jair Bolsonaro.

Contudo, a concretização do Future-se depende de uma legislação já existente que embasa suas ações. A lei de 2013, que regulamenta as Fundações Privadas de Apoio, abriu possibilidades para o uso de recursos públicos de forma simplificada, na prática servindo como manobra para fugir da Lei de Licitações, abertamente criticada pelo Secretário de Educação Superior do MEC na solenidade de lançamento do Future-se. Por meio das fundações privadas tem sido possível, por um lado, injetar recursos externos públicos e privados nas instituições de ensino e, por outro, utilizar os recursos sem seguir as regras de compras do serviço público. Essa forma de utilizar recursos orçamentários e externos tem sido a porta aberta não apenas para a privatização de ações das universidades, desde apoio a projetos de pesquisa até a compra de equipamentos e mobiliário, mas também para muitos casos de corrupção.

Além disso, o Marco Legal da Inovação, sancionado em janeiro de 2016, prevê uma maior aproximação com o setor privado, ampliando os mecanismos de incentivo a projetos em parcerias com empresas, permitindo inclusive a utilização da estrutura física e de pessoal das instituições de ensino. A abertura promovida por essa lei é possivelmente a base legal mais importante para o Future-se, visto que ela define regras mais flexíveis para a transferência à iniciativa privada de conhecimento produzido no espaço público.

O modelo de gestão universitária apresentado pelo governo, por meio do Future-se, consolida um projeto de privatização que vem se estruturando há pelo menos duas décadas e que foi sendo implementado paulatinamente pelos últimos governos. Se, por um lado, é urgente a resistência ao Future-se e o combate ao

contingenciamento orçamentário, também é preciso lutar contra todo o avanço privatista pelo qual passaram as universidades públicas desde o governo FHC.

Neste momento, é fundamental a luta contra todas as formas de privatização da educação superior e contra a apropriação do conhecimento pelo setor privado. A bandeira neste momento é a defesa urgente da educação pública, gratuita e para todos.

(Foice & Martelo, n. 140, 30 de julho de 2019)

CAPÍTULO 19

A Autonomia Imaginária das Universidades

A AUTONOMIA IMAGINÁRIA DAS UNIVERSIDADES

O princípio da autonomia das universidades está inscrito na Constituição de 1988, mas, na prática, não existe. Os ataques de Bolsonaro às universidades federais têm revelado claramente. O governo, por meio de cortes e bloqueios no orçamento, conseguiu criar uma situação de caos, que tem impactado principalmente os estudantes e os trabalhadores terceirizados. Neste caso, tem sido possível perceber que a única autonomia possível aos reitores é escolher onde farão os cortes e quais serão os setores e segmentos menos prejudicados.

Outro ataque passa pelo processo de escolha de reitores. Embora as instituições realizem processos eleitorais com debate de projetos, em que as candidaturas vão aperfeiçoando suas propostas e a comunidade pode fazer um balanço das ações de seus gestores, pouco disso tem sido respeitado. Bolsonaro tem escolhido o nome da lista tríplice que menos diverge de suas posições reacionárias e obscurantistas. Neste caso, a única autonomia da universidade é montar a lista tríplice, que inclusive pode ser ignorada.

O espaço universitário, apesar de tensões ou mesmo perseguições ao longo da história, foi criado como lugar de debates e contestações, onde aqueles que a constroem possuem liberdade não apenas de pesquisa e reflexão, mas de atuação em sua gestão. Não é possível, portanto, que forças estranhas à sua dinâmica interna consigam influenciar em seu funcionamento ou direcionar suas ações. Pelo contrário, é a comunidade acadêmica, com seus grupos, tensões, divergências e objetivos diversos que deve decidir por meio do debate e da mobilização de suas forças internas tudo sobre o que acontece, seja a organização de currículo, o conteúdo e a forma a ministrar aulas, a relação com a comunidade externa e até mesmo como gerir seus recursos. O papel do Estado, neste caso, deve se

limitar a garantir a estrutura financeira, física e de pessoal necessária para o seu pleno funcionamento.

Bolsonaro e seus seguidores não entendem dessa forma. Para eles, é absurdo que haja debate livre, que determinados temas sejam discutidos, ou mesmo que a comunidade acadêmica possa ter autonomia nas suas decisões. Para Bolsonaro, o investimento em educação superior é um gasto excessivo e desnecessário, que não apresenta qualquer tipo de retorno para a sociedade, pois supostamente seria utilizado para o aparelhamento de grupos de esquerda atuantes nas universidades. Na compreensão de Bolsonaro e de seus seguidores, a única autonomia necessária às universidades é buscar recursos privados que tornem as instituições financeiramente independentes das verbas públicas, criando a ilusão de serem autossustentáveis para mascarar a dependência em relação à iniciativa privada. Neste caso, a autonomia limitada que atualmente existe, garantida pelo Estado, seria substituída pela completa entrega da produção científica aos interesses do capital.

Bolsonaro tem escolhido interventores para controlar as universidades. Como se fossem inquisidores medievais, esses reitores ilegítimos têm o papel de forçar a aprovação das ações privatizantes propostas pelo governo e tolher toda e qualquer manifestação que desagrade ao ideário obscurantista de Bolsonaro. Esses reitores são verdadeiros capachos do governo e o papel deles é destruir o caráter plural e aberto do espaço acadêmico, além de transformar a ciência em reprodução de ideologias reacionária. O momento não é apenas de defender a autonomia limitada, como garantia mínima, mas, com uma ampla unidade entre trabalhadores e juventude, derrubar o governo que ataca de todas as formas possíveis a ciência e arrancar na luta a efetiva autonomia das universidades.

(6 de setembro de 2019)



CAPÍTULO 20

O Público e o Privado nas Universidades

O PÚBLICO E O PRIVADO NAS UNIVERSIDADES

Nos últimos meses, circularam notícias de que as universidades federais correm o risco de fechar as portas em todo o país, diante dos novos cortes de orçamento em 2021. O caso mais emblemático foi o da UFRJ, uma das maiores e mais antigas universidades do Brasil, a partir de artigo publicado pelos professores Denise Pires de Carvalho e Carlos Frederico Leão Rocha, reitora e vice-reitor na instituição. Eles afirmam:

A UFRJ fechará suas portas por incapacidade de pagamento de contas de segurança, limpeza, eletricidade e água. O governo optou pelos cortes, e não pela preservação dessas instituições. A Universidade nem sequer pode expandir a arrecadação de recursos próprios, pois não estará garantida a autorização para o gasto. A Universidade está sendo inviabilizada (*SINTUFRJ*, 11/05/2021).

Outras universidades também apontaram problemas pelos quais vêm passando. Na UFSC, o secretário de Planejamento e Orçamento, Fernando Richartz, afirmou: “Nós só não vamos literalmente parar de funcionar se continuarmos nesse modelo remoto até pelo menos o segundo semestre ou até o final do ano” (*APUFSC*, 28/04/2021). Notícias com conteúdo semelhante também envolveram instituições como UnB, UNIFESP, UFSCAR e outras universidades federais.

Esses problemas orçamentários enfrentados pelas universidades federais não são de agora. O marco mais imediato disso passa pela Emenda Constitucional nº 95, proposta pelo governo Temer e aprovada pelo Congresso Nacional em 2016. Por

meio dessa legislação, os gastos de educação, saúde e outras áreas sociais ficam congelados por vinte anos, variando apenas pelos índices da inflação. Portanto, concretamente, não é possível fazer quaisquer novos investimentos na ampliação das universidades. Além disso, o cada vez mais reduzido orçamento vem dificultando até mesmo o básico na manutenção do que já existe.

Em 2015, antes do governo Temer, ainda no mandato de Dilma, iniciou uma série de bloqueios e contingenciamentos orçamentários, primeiramente afetando a construção ou reforma dos espaços físicos, e logo avançando para os recursos destinados às despesas correntes. Essas ações de Dilma encerraram um ciclo de aumento nos investimentos federais para a educação superior, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciado em 2007.

Nos anos anteriores, as universidades enfrentaram os piores momentos de sua existência, em especial durante os governos FHC. Nesse período, as universidades federais estiveram praticamente estagnadas, com o aumento das vagas ocorrendo principalmente em instituições privadas. Entre 1995 e 2002, as matrículas na educação superior passaram de 1,7 milhões para 3,5 milhões de estudantes, crescendo 209%. O número de matrículas em instituições privadas passou de 60% para 70% das vagas. Em 2006, dos 4,7 milhões de alunos, 74% estudavam em estabelecimentos privados. O setor privado, com fins lucrativos, absorvia 41% das matrículas. As instituições federais respondiam por 12%, as estaduais por 10% e as municipais por 3% do total das matrículas.

O cenário do início dos anos 2000, no apagar das luzes dos governos FHC e começo das gestões do PT, mostrava universidades com problemas de estrutura física, com poucos investimentos em pesquisa e extensão e com um quadro numericamente defasado de docentes e técnico-administrativos. Era comum nas universidades

encontrar vários departamentos em que a maioria dos docentes era temporária.

Nesse cenário, o aumento de recursos do orçamento, por meio do Reuni, poderia ter significado uma boa notícia, mas não foi esse o caso. Ainda que muitos gestores ou mesmo trabalhadores das universidades exaltem as ações governamentais desse período, a adesão ao Reuni estava condicionada à expansão das vagas, com abertura de novos *campi* e de novos cursos. Além disso, as universidades deveriam cumprir metas de diversas naturezas, como a diminuição do número de evasão de alunos (o que exigiria uma ampliação nos recursos para assistência estudantil) e o aumento da média de alunos por docentes (aproximando as universidades federais dos dados das privadas).

O impacto dessa política, a depender dos números que se escolha para analisar, pode parecer bastante positivo. Em 2002 havia 45 universidades e 148 *campi*. Com a expansão, passou-se para 63 universidades e 321 *campi*, alcançando 275 municípios. Esse processo de criação de novas unidades de ensino aumentou em 60% o número de matrícula nas universidades federais. Para muitas regiões, onde por décadas a educação superior estava na mão de faculdades privadas de qualidade duvidosa, a recepção de instituições públicas foi um elemento bastante positivo.

Contudo, essa expansão ocorreu marcada pelas contradições das mais diversas, que passavam tanto pelas questões estruturais — prédios em construção ou em reforma, o que inclui galpões ou construções que antes não serviam para salas de aula — como pela situação dos discentes, aos quais se oferecia basicamente uma matrícula e um espaço onde pudesse ter as aulas. Era comum que os alunos fossem recebidos, por exemplo, em espaços sem bibliotecas ou sem locais adequados para realizar as refeições.

O orçamento das instituições, ampliado por meio do Reuni, deveria servir para investimentos nessas novas unidades, e não na recuperação do que já havia antes. Nos *campi* anteriormente existentes deveriam ser criados outros cursos. A construção de novos prédios ou a reforma dos antigos, bem como a aquisição de novo mobiliário e equipamento, estava destinada prioritariamente a atender os novos alunos que deveriam entrar nas instituições.

Paralelamente a essa política de expansão, foram aplicadas políticas de distribuição do orçamento para instituições privadas. Além de dar continuidade ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), implantando no governo FHC em substituição ao Crédito Educativo (CREDUC) da ditadura, os governos do PT criaram o Programa Universidade para Todos (PROUNI), em que as universidades privadas deveriam ofertar bolsas aos estudantes. Em troca, ficavam isentas de pagar impostos.

Essa política auxiliou o crescimento de poderosos grupos econômicos na área de educação. Uma única empresa, a Kroton, detém cerca de 20% do total de matrículas do setor privado. Considerando as 11 maiores empresas, de um total de cerca de duas mil instituições privadas, este percentual cresce para cerca de 40%.

Portanto, se hoje a UFRJ e outras universidades públicas estão na iminência de fechar, não se deve apenas a uma política do atual governo. Bolsonaro apenas tem aprofundado uma lógica que se desenvolve há décadas, em que o apoio orçamentário à educação superior pública é secundarizado. Por outro lado, a educação privada recebe uma série de incentivos para a criação de cursos, em grande medida voltadas para áreas que demandam baixo custo, o que levou também ao fortalecimento da educação à distância, a qual, nessas instituições, entre 2002 e 2012, cresceu 2.946%, centrados em áreas como Direito, Administração, bem como nas licenciaturas. Nessas instituições, raramente há para os seus profissionais um plano de

carreira e condições de trabalho adequadas, sendo que somente 24% dos professores possui uma carga horária integral.

Nesse cenário, a luta imediata passa pela recomposição do orçamento das universidades federais, de tal forma que consigam garantir sua estrutura de funcionamento. Esse é o sentido da campanha “Universidades ficam, Bolsonaro sai”, lançada pela Liberdade e Luta, que vem mobilizando estudantes em todo o Brasil. Contudo, conforme aponta a campanha, a luta não pode parar por aí, devendo colocar no horizonte a luta pela garantia de atendimento das demandas de ensino, pesquisa e extensão, concretizada na luta por uma universidade pública, gratuita e para todos.

(7 de julho de 2021)

PARTE 5

Esquerda

CAPÍTULO 21

Como Perdemos a Luta pela Previdência

COMO PERDEMOS A LUTA PELA PREVIDÊNCIA

No dia 22 de outubro, o Senado aprovou, em segundo turno, a Reforma da Previdência, em meio à passividade quase silenciosa das principais direções sindicais, em especial do PT e da direção majoritária da CUT. Essa foi uma das mais duras derrotas dos trabalhadores no período recente, comparada à aprovação da Reforma Trabalhista. Embora se busquem explicações das mais variadas, a responsabilidade direta por essa derrota se deve à traição por parte da esquerda e das direções sindicais.

Embora a base do PT tenha se envolvido em algumas mobilizações, o partido deixou claro desde o começo que estava combatendo somente a reforma de Bolsonaro. Não se trata de um mero jogo textual, mas da denúncia de uma estratégia: para o PT, é necessária uma reforma na previdência. Em 2015, Miguel Rossetto, então ministro de Dilma, falava da necessidade de garantir a “sustentabilidade” da previdência, destacando “problemas” a serem resolvidos por causa do aumento da expectativa de vida. Para solucionar, a receita era a de sempre: elevar a idade mínima e o tempo de contribuição.

O PT e os seus sindicatos atuaram ao longo do ano com o objetivo de garantir a aprovação de modificações no texto apresentado ao Congresso Nacional, que não altera o fundamental, que é a espoliação da aposentadoria de milhões de brasileiros pelos fundos de pensão privados. Esse é o objetivo da “reforma”, ainda que a imprensa e o governo insistentemente falem que essas medidas permitirão “economizar” com a diminuição de “despesas”.

O PT assumiu a postura de negociar mudanças no texto. Os governadores do partido, ainda que apontassem críticas no projeto então em tramitação, defendiam a necessidade de que fosse feita uma reforma. Os parlamentares do PT se dedicaram a negociar mudanças

no texto, dando a falsa impressão de que havia a possibilidade de disputa, festejando as emendas, uma por uma, que eram “conquistadas”. Essa postura traidora lembra o papel da CUT na aprovação da reforma da previdência de Lula, em 2003.

Os sindicatos dirigidos pelo PT também tinham um papel nisso. Deveriam fazer ações extremamente “radicalizadas”, como abordar parlamentares nos aeroportos ou fazer panfletos com a foto dos deputados e senadores que fossem votar a favor da reforma em cada uma de suas etapas. Eventualmente, também deveriam chamar atos em capitais ou cidades de grande porte, verdadeiros espetáculos com cobertura da imprensa, mas sem qualquer enraizamento na base dos trabalhadores. Não se deveria sequer cogitar a possibilidade de uma greve geral.

Enquanto os parlamentares faziam uma disputa inócua no Congresso Nacional, e os sindicatos chamavam manifestações isoladas e estéreis, a militância do PT jogava suas forças na campanha do “Lula livre”. Não somos a favor da prisão de Lula, produto de uma fraude jurídica comandada pelo imperialismo, mas entendemos que essa não é uma luta central para os interesses dos trabalhadores. O PT, não apenas se mostra adaptado às instituições burguesas, como o parlamento corrupto e os sindicatos atrelados ao Estado, como também coloca seu esforço na recomposição da democracia. Para eles, tirar da cadeia e eleger Lula presidente significaria que a democracia estaria restabelecida no Brasil.

Nesse processo, o PT contou com dois aliados fundamentais. Por um lado, em sua ilusão eleitoral, a maioria das tendências do PSOL basicamente se colocou como um braço do PT, privilegiando a construção de uma “frente democrática” que inclui, também, partidos como o PC do B e o PCB, e os burgueses PDT e PSB. Seu papel na luta contra a reforma da previdência não foi muito além do discurso de seus deputados na tribuna. Por outro lado, o PSTU, por meio da Conlutas, deu um verniz de radicalidade aos chamados

inócuos a “dias de mobilização” feitos pela CUT. Esse processo mostrou apenas o quanto esses grupelhos são irrelevantes para a luta de classes.

Diante do ataque à aposentadoria dos trabalhadores, as principais direções não fizeram outra coisa a não ser trair os interesses da classe. O PT entregou a previdência em nome da defesa da ordem burguesa, sonhando desesperadamente com o dia que os capitalistas voltem a pedir por seus serviços em um novo governo. Enquanto isso, os trabalhadores seguirão sofrendo com os ataques de Bolsonaro. Esse processo mostra, diante do drama da crise de direção, a necessidade de construir novas organizações, principalmente um partido revolucionário que organize os trabalhadores e combata frontalmente o capitalismo e a democracia burguesa.

(Foice & Martelo, n. 147, 6 de novembro de 2019)

CAPÍTULO 22

A greve da polícia e a falência do Estado

A GREVE DA POLÍCIA E A FALÊNCIA DO ESTADO

A greve de policiais militares no Ceará expressa mais um exemplo da crise das instituições do Estado no Brasil. Foi bastante emblemático o episódio envolvendo o senador Cid Gomes, que levou um tiro enquanto pilotava uma retroescavadeira na tentativa de furar o bloqueio de policiais encapuzados em um batalhão da PM em Sobral. O episódio mostra como os diferentes setores da burguesia têm dificuldades de mostrar respostas.

Desde o dia 18/02, parte dos policiais militares do Estado do Ceará parou as atividades, e homens encapuzados invadiram quartéis, depredaram e esvaziaram pneus de veículos da frota em protesto contra a proposta de reajuste da categoria apresentada pelo governador Camilo Santana (PT). No sábado, dia 22/02, havia nove batalhões fechados. Em meio à paralisação dos agentes, 88 assassinatos foram registrados em apenas três dias. O governo do Ceará afastou 168 policiais militares que participaram da paralisação no Estado. Os policiais pressionaram o governo por aumento salarial. A proposta do governo era aumentar o salário de R\$ 3,2 mil para R\$ 4,5 mil, em reajustes progressivos até 2022. O grupo de policiais que realizara as manifestações reivindicara que o aumento para R\$ 4,5 mil fosse implementado ainda em 2020.

Pelo menos outros cinco estados passam por processo de negociação de aumento salarial de policiais e bombeiros militares (Paraíba, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Piauí). No Estado da Paraíba, policiais fizeram paralisação, saíram às ruas e esvaziaram pneus de viaturas. Eles também tentaram impedir a saída de policiais em serviço de batalhões, bem como o trabalho de militares em um bloco de carnaval. No Espírito Santo, onde também há um processo de negociação de aumento salarial com as forças de segurança do Estado, ainda há a lembrança de

quando a população capixaba vivenciou uma crise na segurança pública causada por uma paralisação da PM, justamente por reivindicação salarial, em 2017.

Como ocorre sempre, uma greve dessa natureza acaba colocando a esquerda diante de polêmicas, mais precisamente frente ao dilema de apoiar ou não a mobilização política dos policiais. Esse fenômeno sempre mostra o grau de adaptação dessas organizações ao Estado. Tornou-se comum, por exemplo, a posição do PSTU em apoiar essas greves. Em nota, o partido afirma: “A luta por melhoria salarial é justa e deve ser direito de todos os servidores, inclusive de policiais e bombeiros” (*PSTU*, 19/02/2020). Outras organizações, mesmo não apoiando a greve, não escondem seu apoio a mobilizações políticas de policiais. A Resistência, tendência interna do PSOL, afirmou: “Paralisações anteriores da PM e de bombeiros foram corretamente apoiadas porque além da reivindicação de salários, adotavam os métodos tradicionais de greve, como reuniões e assembleias” (*Esquerda On Line*, 20/02/2020). Na mesma nota, a Resistência chega a se solidarizar com Cid Gomes, o qual, quando era governador do Ceará, utilizou a mesma polícia para reprimir uma greve de professores.

Essas e outras posições mostram que setores da esquerda olham para esse tipo de mobilização como legítima de trabalhadores. Contudo, não pode haver dúvida para os marxistas sobre a natureza do Estado como um órgão para gerir os interesses da burguesia e o papel cumprido pelo seu braço armado com a finalidade de proteger a propriedade privada e reprimir qualquer ameaça que se coloque contra a institucionalidade. Segundo Lenin (2019, p. 353),

os métodos de violência mudaram, mas em toda a parte existiu um Estado, existiu em cada sociedade um grupo de pessoas que governavam, mandavam, dominavam e que, para conservarem o seu poder,

dispunham de um aparelho de coerção física, de um aparelho de violência, com as armas que correspondiam ao nível técnico da dada época.

Os profissionais que atuam nos órgãos de repressão não podem ser considerados um segmento da sociedade que merece o apoio político dos marxistas. Portanto, mostra-se um grave equívoco entender que a greve de policiais seja a mesma coisa que as paralisações de operários. Numa greve, os trabalhadores reivindicam aumento de salário ou melhoria em suas condições de trabalho. Se esse raciocínio for utilizado para analisar a mobilização política dos policiais, significa, ao considerar legítimas suas reivindicações, que se apoia melhores condições para reprimir, seja por meio de equipamentos melhores ou salários mais condizentes com suas aspirações. Não é fortuito que qualquer aumento de salário para policiais e militares seja muito mais frequente que para outros profissionais empregados pelo Estado.

Outra justificativa para apoiar uma greve de policiais militares passa por uma interpretação psicológica, considerando que muitos teriam uma origem operária. Trotsky responde isso:

O fato de os agentes de polícia terem sido recrutados em grande parte entre os social-democratas não quer dizer absolutamente nada. Aqui também a existência determina a consciência. O operário que se torna policial a serviço do Estado capitalista é um policial burguês e não operário. Durante estes últimos anos, estes policiais tiveram que lutar mais contra os operários revolucionários do que contra os estudantes nacional-socialistas. E uma tal escola não passa sem deixar traços. O mais importante, porém, é que todo policial sabe que os governos mudam, mas a polícia fica (TROTSKY, 2019, p. 197-8).

Qualquer análise psicológica sobre a polícia brasileira mostra uma corporação formada por pessoas com mentalidade autoritária, voltadas para posições reacionárias, além de ser composta por frações corruptas, e que veem em sua corporação um exemplo de superioridade moral em relação a qualquer coisa.

Muitas organizações de esquerda afirmam que é fundamental fazer um trabalho político junto aos militares, mas confundem o tático e o estratégico. Possivelmente numa situação revolucionária se ganhará parte desses setores, fazendo com que rompam com as forças de repressão. Contudo, esse processo ocorrerá totalmente por fora dos órgãos militares, significando a ruptura desse segmento tanto do ponto de vista da instituição como da consciência de classe. Em hipótese alguma significa exigir a democratização ou melhor estrutura para as instituições militares em funcionamento dentro do capitalismo, como ocorre nas atuais reivindicações de policiais. Trotsky, analisando a preparação das atividades da insurreição, afirmava que “no período de preparação da revolução, opomo-nos ainda claramente às forças (polícia, exército) da classe dominante” (TROTSKY, 1977, p. 20).

No cenário oposto, dos críticos à greve de policiais, entre os erros da esquerda coloca-se o pavor que uma parcela tem de qualquer coisa que lembre o bolsonarismo. Pela análise desses segmentos, a atual mobilização de policiais poderia significar o embrião de um braço armado do fascismo, semelhante ao que foi no nazismo a SS. Contudo, parecem esquecer que o ideário reacionário dos militares nasceu muito antes de Bolsonaro, num conjunto de ideias e imagens anticomunistas elaboradas há décadas, o qual, depois do final da Guerra Fria, voltou-se para o combate aos movimentos sociais. Além disso, diferente da fantasiosa retórica antissistema de Bolsonaro, os policiais são ardorosos defensores da lei e da ordem e, portanto, em

sua greve não defendem uma ruptura institucional, mas reivindicam que o Estado valorize seu papel como leais agentes da repressão.

Portanto, não seria equivocado afirmar que a greve de policiais militares não é outra coisa que não a disputa entre frações do Estado burguês diante de sua própria falência. Essa disputa ganha maiores proporções com o aprofundamento da crise, especialmente se for considerado que o setor mais reacionário da sociedade enxerga que o PT do governador Camilo seria uma ameaça “comunista”. Não há para a esquerda nada que se possa ganhar em apoiar qualquer um desses bandos burgueses. Pelo contrário, a defesa da mobilização política de policiais mostra a incapacidade da esquerda, em todas as suas variantes, de fazer com que sua política supere os marcos da institucionalidade burguesa.

O trabalho dos revolucionários inclui a preparação da insurreição, que tem seus desdobramentos práticos militares, mas isso não significa que devemos fazer o esforço de nos infiltrarmos em um dos setores mais reacionários da sociedade para, dali de dentro, cooptar alguém para a revolução. Se existe algo a ser feito, é começar a construir os organismos de autodefesa dos trabalhadores, inclusive em suas ações militares. Essa discussão está colocada de forma clara no programa de fundação da IV Internacional:

Em cada greve e em cada manifestação nas ruas deve-se propagar a ideia de criação de *destacamentos operários de autodefesa*. É necessário inscrever esta consigna no programa da ala revolucionária dos sindicatos. Em todas as partes onde seja possível, começando pelas organizações de jovens, é necessário constituir na prática milícias de autodefesa, adestrando-as no manejo das armas (TROTSKY, 2008, p. 34).

Se, na agitação e na propaganda, diante de uma situação revolucionária, policiais e militares romperem com suas corporações, certamente serão bem-vindos à luta. Contudo, qualquer ação que essas pessoas venham a tomar estará subordinada aos organismos de discussão e deliberação dos trabalhadores, não às instituições do Estado capitalista.

Se o capitalismo e seu Estado estão se decompondo, levando pelo ralo o pacto da Nova República, não há, para os revolucionários, outra tarefa que não mobilizar os trabalhadores para derrubar o sistema. Pelo contrário, a defesa de melhores condições de trabalho para profissionais de órgãos de repressão pode levar unicamente à manutenção da ordem política e social vigente. Os trabalhadores precisam fortalecer seus partidos e sindicatos e organizar comitês de autodefesa, protegendo-se das ações repressivas da polícia e dos ataques dos governos que defendem o sistema capitalista apodrecido. Essa, ou qualquer outra greve de policiais, somente nos interessa à medida que pudermos fazer claramente um debate estratégico com os trabalhadores e, mais uma vez, explicita dentro da esquerda quem são aqueles que não olham o futuro para além da institucionalidade burguesa.

(26 de fevereiro de 2020)

CAPÍTULO 23

*Os Limites do Impeachment
e as Lutas dos Trabalhadores*

OS LIMITES DO IMPEACHMENT E AS LUTAS DOS TRABALHADORES

O avanço da pandemia fez aprofundar a crise interna e o desgaste do governo Bolsonaro. Mesmo que distorcidas e realizadas em nome da estabilidade política burguesa, as últimas pesquisas sobre a popularidade do presidente mostram uma queda no apoio a seu mandato. Não há surpresa nisso, afinal, os mais recentes acontecimentos referentes à pandemia — o não uso integral do orçamento disponível para o combate à Covid-19, os testes estocados cujo prazo de validade estavam para vencer e a explícita postura negacionista em relação à vacina — mostraram que, para Bolsonaro, pouco importa a vida das pessoas.

Essa postura em relação à pandemia, que se soma aos sistemáticos ataques aos direitos dos trabalhadores e a permanente ameaça de privatização de órgãos e serviços públicos, fez com que ao longo dos últimos meses a palavra de ordem “Fora Bolsonaro” tenha ganhado força, seja nas redes sociais, seja em atos públicos e lutas que se foram travando ao longo de 2020. No âmbito da esquerda, o “Fora Bolsonaro” passou a ser praticamente unanimidade, afinal, diante da indignação popular com o governo federal, tornou-se impossível encontrar qualquer justificativa para não exigir sua imediata remoção do cargo.

O “Fora Bolsonaro”, lançado pela Esquerda Marxista, ainda nos primeiros meses do governo, em 2019, foi duramente combatido por todos os setores da esquerda, desde os principais partidos reformistas até os pequenos grupos sectários. Esses setores afirmavam ou que o mandato de Bolsonaro deveria ser respeitado ou que os trabalhadores ainda não estavam preparados para essa ação. Ou seja, uma parte da esquerda defendia a estabilidade da institucionalidade burguesa e outra se negava a atuar na preparação

subjéitiva e organizativa dos trabalhadores para a derrubada do governo.

Portanto, no que se refere ao debate sobre a preparação da derrubada do governo, o consenso de quase toda a esquerda, ao longo de meses, foi de que não se deveria lutar por isso. Como consequência, quando esses setores levantaram a bandeira do “Fora Bolsonaro”, procuraram manobrar para uma saída institucional, primeiro desviando as expectativas para uma saída eleitoral em 2022 e, depois, diante do aprofundamento da crise, igualando essa luta à proposta legislativa de impeachment. Essa proposta vem unificando desde setores da burguesia (*Estadão*, PDT, PSB, NOVO etc.), passando pela esquerda reformista (PT, PC do B e direção do PSOL), e inclui até mesmo organizações que se pretendem revolucionárias (PSTU).

Desviar o “Fora Bolsonaro” para uma proposta de impeachment não se deve a uma confusão política dos setores da esquerda que a defendem, mas a uma clara perspectiva de desviar a luta dos trabalhadores para recompor o regime. Bolsonaro é apresentado como grande ameaça à democracia burguesa, o que leva a esquerda reformista a procurar costurar alianças com setores da burguesia que conjunturalmente o combatam. Exemplo disso é a presença do PT e do PC do B no bloco em torno de Baleia Rossi (MDB) na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. A disputa pela presidência do Congresso Nacional mostra inclusive o papel traiçoeiro dos reformistas em sua adaptação à institucionalidade burguesa, afinal, o emedebista sequer se comprometeu a abrir o processo de impeachment e, para piorar, na eleição para o Senado, o PT se aliou ao mesmo candidato apoiado por Bolsonaro.

Portanto, a perspectiva que se tem é de retirar Bolsonaro da presidência preservando o regime e suas instituições, ou seja, sem mobilizar e organizar os trabalhadores para que tomem as ruas,

derrubem a democracia burguesa e construam novas formas de poder. O “Fora Bolsonaro” que a Esquerda Marxista vem defendendo, desde o começo do governo, coloca como perspectiva estratégica a derrubada do governo Bolsonaro e a mobilização e organização dos trabalhadores para a construção de um governo sem padrões nem gerais.

Nesse sentido, entendemos que, apesar de ser uma das possíveis expressões da indignação dos trabalhadores em relação ao governo, o impeachment é uma solução política limitada que visa preservar a democracia burguesa. Certamente, se for à votação no Congresso Nacional, qualquer parlamentar que se coloque em defesa dos direitos dos trabalhadores não deve hesitar em votar a favor do impeachment. Contudo, trata-se de uma tentativa de resolver por dentro das instituições a polarização que vem marcando a luta de classes, como foi feito por meio das eleições na Bolívia e do plebiscito no Chile. O bloco parlamentar que vai se organizando em torno da proposta do impeachment não se opõe à política de ataques aos trabalhadores e às privatizações de órgãos e serviços públicos, mas defende que esse programa seja aplicado de forma mais lenta e amena.

Neste momento, o centro da luta dos trabalhadores deveria se dar em torno da mobilização independente de suas organizações, sindicatos e partidos, numa frente única que combata não apenas Bolsonaro, mas também seus adversários conjunturais nos partidos burgueses e seu programa de ataques e privatizações. Por isso, é preciso pôr abaixo imediatamente o governo Bolsonaro, por meio da luta e organizações dos trabalhadores.

(27 de janeiro de 2021)

CAPÍTULO 24

Os Trabalhadores Avançam, as Direções Recuam

OS TRABALHADORES AVANÇAM, AS DIREÇÕES RECUAM

A vitória dos candidatos apoiados por Bolsonaro nas eleições para a presidência da Câmara e do Senado pode ser vista como mais uma expressão da falência da esquerda reformista. PT, PC do B e a direção do PSOL passaram as últimas semanas articulando na Câmara um bloco com setores da burguesia conjunturalmente insatisfeitos com Bolsonaro. O PT e os demais partidos de esquerda buscavam articular uma base parlamentar que pudesse garantir a abertura do pedido de impeachment, limitando suas ações à tentativa de acordos com políticos fisiológicos e oportunistas de todo o tipo. No Senado, o cenário foi ainda pior, afinal, o candidato defendido por Bolsonaro foi o mesmo apoiado pelo PT.

Embora houvesse nove candidaturas inscritas, estavam de fato na disputa pela presidência da Câmara os deputados Artur Lira (PP), apoiado por Bolsonaro, e Baleia Rossi (MDB), apoiado pela oposição. Nessa disputa, Bolsonaro fez a lição de casa. Por um lado, apoiou um candidato do “Centrão”, um setor bastante heterogêneo de parlamentares oriundo de vários partidos (PP, DEM, entre outros) que têm em comum apenas a voracidade por conseguir cargos e por manter seus currais eleitorais. Por outro, Bolsonaro prometeu a liberação de recursos em emendas aos parlamentares que apoiassem Lira. O resultado disso foi a debandada de uma parcela significativa de parlamentares para o bloco de Lira e sua esmagadora vitória na votação em primeiro turno (conseguiu 302 votos, contra 145 de seu oponente).

Com isso, Bolsonaro ganhou tempo para aplicar as medidas que a burguesia espera de seu governo, afastando temporariamente o fantasma do impeachment. Para tanto, precisa rapidamente priorizar o avanço nas privatizações e na reforma administrativa.

Para a burguesia, diante do aprofundamento da crise econômica nos últimos meses, é fundamental que uma fatia ainda maior do orçamento público esteja voltada para o apoio aos seus interesses.

Nesse cenário, os trabalhadores vêm mostrando uma grande disposição de luta. Nos últimos dias foram realizados diversos atos contra o governo Bolsonaro. Na maioria desses atos, confundiu-se a derrubada do governo com o pedido de impeachment, que é uma manobra dos reformistas e de setores da burguesia para evitar a derrubada do governo pela ação dos trabalhadores. Contudo, os trabalhadores mostraram claramente não apenas a indignação da população em relação ao governo, mas também sua disposição de luta.

Outro exemplo da disposição de luta foi demonstrado pelos trabalhadores da Comcap, empresa de coleta de lixo e limpeza urbana de Florianópolis. No começo do mês, a prefeitura enviou à Câmara de Vereadores uma série de projetos de lei que se constituíam em ataques brutais aos trabalhadores, em especial da Comcap, retirando direitos historicamente conquistados e reorganizando a administração de tal forma a abrir as portas para a privatização dos serviços. Diante dos ataques, os trabalhadores iniciaram uma massiva greve, considerada ilegal pelo Judiciário, que seguiu com força, mesmo depois da aprovação do projeto de lei na Câmara de Vereadores. Em resposta à greve, a prefeitura ameaçou o emprego dos trabalhadores, por meio da abertura de processos administrativos e demissões em massa. Contudo, a luta dos trabalhadores da Comcap e uma campanha internacional, impulsionada pela CMI, fizeram a prefeitura recuar nas ameaças.

Essa disposição de luta dos trabalhadores não se reflete nas direções, que procuram construir alternativas que não coloquem em risco a democracia burguesa. Por isso, o “Fora Bolsonaro” é igualado a uma articulação parlamentar para garantir a abertura do pedido de impeachment e não há qualquer ação das centrais sindicais no

sentido de construir uma ampla luta para pôr abaixo o governo pelas mãos dos trabalhadores mobilizados. Para os reformistas, a principal tarefa está na ação parlamentar, devendo as lutas dos trabalhadores se constituírem apenas em um mecanismo para pressionar deputados e senadores. Caso não se consiga isso, a aposta passa por construir, em unidade com setores da burguesia, uma candidatura para derrotar Bolsonaro em 2022.

Contudo, para os trabalhadores, não existe aliança possível com a burguesia. Uma frente com esses setores, como o querem os reformistas, é o caminho para acumular derrotas e mais derrotas. Os trabalhadores precisam construir suas lutas de forma independente, sem qualquer ilusão nos embates conjunturais entre seus inimigos de classe. Somente com a luta e a organização da classe trabalhadora e da juventude é que vamos pôr abaixo o governo Bolsonaro e construir um governo dos trabalhadores sem patrões nem generais.

(3 de fevereiro de 2021)

CAPÍTULO 25

A Esquerda e a Crise de Direção dos Trabalhadores

A ESQUERDA E A CRISE DE DIREÇÃO DOS TRABALHADORES

As eleições do ano passado mostraram um recuo da influência das principais legendas de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Além de não vencerem para o executivo de nenhuma capital, tiveram reduzidos o número de prefeitos e de vereadores. A experiência desses partidos em governos e prefeituras nas últimas décadas, bem como na presidência do país, além de sua atuação parlamentar, que passa inclusive pela aliança com partidos da burguesia, parece ter feito com que uma parcela de seu antigo eleitorado tenha migrado para alternativas diferentes no campo da esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), ou mesmo tenha se voltado para políticos dos partidos tradicionais da direita.

Nas últimas semanas, a esquerda parlamentar jogou todas as suas forças na tentativa de aliança com partidos da burguesia para garantir um bloco que presidisse a Câmara dos Deputados e o Senado. Enquanto essa tática afundava, visto que os aliados que o PT tentava conquistar não passavam de políticos fisiológicos de todo o tipo, caía ainda mais a popularidade de Bolsonaro, e as ruas do país eram tomadas por mobilizações contra o governo e greves. Esse cenário, de disposição de luta dos trabalhadores e recuo das direções, é um possível exemplo do que o revolucionário russo Leon Trotsky chamava de *crise de direção revolucionária do proletariado*. No contexto da década de 1930, Trotsky apontava que

o principal obstáculo no caminho da transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária consiste no caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-

burguesa diante da grande burguesia e a traidora conexão que mantém com ela, mesmo em sua agonia (TROTSKY, 2008, p. 17).

No contexto em que Trotsky escrevia, foram articuladas as *frentes populares*, ou seja, governos em que os partidos representantes dos trabalhadores assumiam aliança com a burguesia, principalmente em contextos marcados por instabilidades políticas provocadas por crises econômicas e sociais. Em sua criação, as frentes populares eram apresentadas como formações políticas cuja principal tarefa passava por se constituir como blocos institucionais para tentar barrar o avanço do fascismo. Ou seja, costurava-se alianças sem princípios e com um programa rebaixado junto a setores da burguesia para barrar outros setores da burguesia (os fascistas). Essa política, além de servir para a União Soviética constituir acordos com as burguesias de alguns países imperialistas, mostrou-se nociva para a luta dos trabalhadores, sendo razão para sucessivas derrotas ao longo de décadas.

As frentes populares assumiram o papel de desviar mobilizações dos trabalhadores em curso ainda no período em que Trotsky escrevia, direcionando essas lutas para a defesa da estabilidade do Estado, como aconteceu em meio à Revolução Espanhola e à onda de greves na França, em 1936. Nas décadas seguintes, as frentes populares se tornaram comuns entre as organizações de esquerda em diversos países.

No Brasil, a frente popular foi uma política utilizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir da década de 1940, buscando costurar alianças com setores ditos “progressistas” da burguesia, especialmente aqueles ligados ao getulismo. O golpe de 1964 aconteceu num contexto de apoio do PCB ao governo do trabalhista João Goulart. Essa política de colaboração entre esquerda e setores da burguesia também viria a ser utilizada pelo PT. Um

exemplo foi a escolha dos candidatos à vice-presidência de Lula, indicando nomes entre representantes da burguesia, como foi o caso do industrial José de Alencar nas eleições de 2002 e 2006.

O fato de os trabalhadores construírem grandes partidos, que chegam em conjunturas difíceis tendo uma grande força política, mostra que, caso priorize a sua construção orgânica entre a base do proletariado, blocos com setores da burguesia são totalmente desnecessários. Mas a colaboração de classes mostra o quanto esses setores da esquerda estão adaptados à institucionalidade burguesa e, por isso, colocam a perspectiva de alianças com a burguesia como estratégia, uma política de longo prazo, e não apenas como tática, uma pretensa política conjuntural. Nos vários contextos, mesmo quando está colocada a possibilidade de uma ruptura protagonizada pelos trabalhadores, essa esquerda opta pela manutenção da institucionalidade, mesmo em um cenário no qual, para usar as palavras de Trotsky (2008, p. 17), “as condições objetivas da revolução proletária não estão somente maduras, elas começam a apodrecer”.

Com a pandemia, ficou mais evidente que o mundo estava lançado à barbárie, à pobreza e à degradação do ser humano e do meio ambiente. Ficou evidente que a prioridade da política da maior parte dos governos estava voltada para a estabilidade econômica e não para a vida dos trabalhadores. Nem mesmo as grandes potências imperialistas conseguiram manter sua imagem de estabilidade política, diante da crise econômica e sanitária.

No âmbito da esquerda, as alternativas políticas que hoje se colocam como novas são a reedição caricata de teorizações do passado, como a das frentes populares. O discurso de que é preciso encontrar formas diferentes de luta e organização, como nos movimentos identitários, mostra-se mera retórica, considerando que essas soluções na maior parte dos casos levam à colaboração de classes, procurando soluções nas questões imediatas, assumindo um

programa policlassista e mostrando o quanto as direções da esquerda estão adaptadas ao jogo institucional comandado pela burguesia.

O processo de crise pelo qual o PT vem passando, bem como a maior parte da esquerda em outros países, mostra, de um lado, a degeneração do capitalismo e, de outro, o quanto é ilusório pensar que é possível ainda apostar em políticas de colaboração de classe. Poderia a esquerda, a partir do que há de melhor na teoria e na prática revolucionárias desenvolvidas nos séculos XIX e XX, e se articulando com as lutas concretas que os trabalhadores vêm travando em todo o mundo, construir um caminho que possa levar à derrubada do capitalismo e à construção do socialismo.

(12 de fevereiro de 2021)

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ADORNO, L.; LOPES, N. “Para juristas, termo de responsabilidade para tomar vacina é contra lei”. **UOL** [16/12/2020]. Disponível em: <<https://www.uol.com.br>>. Acesso em: 21/03/2022.

APUFSC - Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. “Com redução de R\$ 27 milhões em orçamento, UFSC só não para se manter aulas remotas” **APUFSC** [28/04/2021]. Disponível em: <<https://www.apufsc.org.br>>. Acesso em: 30/04/2021.

BIERNATH, André. “Seringa, freezer, algodão: Brasil pode sofrer falta de insumos para vacina contra a covid-19 se não agir rápido”. **BBC Brasil** [07/12/2020]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 10/12/2020.

ESQUERDA ON LINE. “A complexa situação da greve da PM no Ceará”. **Esquerda On Line** [20/02/2020]. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br>>. Acesso em: 21/02/2020.

EXAME. “Para Bolsonaro, laboratório é que deve ‘ir atrás’ para vender vacina ao país”. **Exame** [28/12/2020]. Disponível em: <<https://exame.com>>. Acesso em: 30/12/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. “O mito da caverna”. **Folha de São Paulo** [07/09/2021]. Disponível em: <<https://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 10/09/2021.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil: sempre**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

JUCÁ, Beatriz. “Brasil fica para trás na estratégia de vacinação contra a covid-19 e acende alerta”. **El País** [30/11/2020]. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com>>. Acesso em: 03/12/2020.

JUCÁ, Beatriz. “Chip na vacina, “virar jacaré” e outros mitos criam pandemia de desinformação na luta contra a covid-19”. **El País** [20/12/2020]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese>>. Acesso em: 10/12/2020.

LENIN, Vladimir. Sobre o Estado. **Germinal**, vol. 11, n. 3, 2019.

MÁXIMO, Wellton. “Vacinação em massa é capítulo mais importante da pandemia, diz Guedes”. **Agência Brasil** [18/12/2020]. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br>>. Acesso em: 30/12/2020.

MEC – Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 400/2018, de 10 de dezembro de 2018**. Disponível em: <<https://mec.gov.br>>. Acesso em: 10/10/2019.

MEC – Ministério da Educação. “Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior”. **MEC** [22/07/2019]. Disponível em: <<https://mec.gov.br>>. Acesso em: 10/01/2020.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “O dia seguinte”. **O Estado de São Paulo** [08/09/2021]. Disponível: <<https://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 10/09/2021.

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. “Toda solidariedade à luta dos policiais e bombeiros militares do Ceará”. **PSTU** [19/02/2020]. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br>>. Acesso em: 21/02/2020.

SILVA, Michel Goulart da. **Brasil no tempo presente**. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

SINTUFRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “A UFRJ ‘fechará suas portas’ por falta de dinheiro, diz reitora”. **SINTUFRJ** [11/05/2021]. Disponível em: <<https://sintufrj.org.br>>. Acesso em: 15/05/2021.

TROTSKY, Leon. Bonapartismo y fascismo. *In: Escritos (1934-35)*, t. VI, vol. 1. Bogotá: Pluma, 1976.

TROTSKY, Leon. **Em defesa do marxismo**. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, Leon. “*Intelligentsia* y socialismo” [1910]. *In: Literatura y revolución*, t. 1. Paris: Ruedo Ibérico, 1969.

TROTSKY, Leon. **A luta contra o fascismo**. São Paulo: Sundermann, 2019.

TROTSKY, Leon. **Problemas da guerra civil**. Lisboa: Antídoto, 1977.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição**. São Paulo: Iskra, 2008.

SOBRE O AUTOR

SOBRE O AUTOR



Michel Goulart da Silva é doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Possui graduação e mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura no Brasil, modernização, marxismo e cultura política. E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores / organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: <http://ioles.com.br/editora>



CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ <http://ioles.com.br/editora>

☎ + 55 (95) 981235533

✉ eloisenhoras@gmail.com



